psi

nº 175 • julho | agosto • 2013

Conselho Regional
de Psicologia SP

A luta antimanicomial não para!

PROCESSO ELEITORAL

Conheça as chapas que concorrem em São Paulo e saiba mais sobre as inovações da votação deste ano

Conselho Regional de Psicologia SP

Psi é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria
Presidenta | Maria de Fátima Nassif
Vice-presidenta | Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini
Secretária | Maria Orlene Daré
Tesoureiro | Leandro Gabarra

Conselheiros efetivos
Ana Ferri de Barros, Carla Biancha Angelucci, Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini, Fernanda Bastos Lavarello, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Câmara, Janaína Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Leandro Gabarra, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Maria de Fátima Nassif, Mariângela Aoki, Maria Orlene Daré, Patrícia Unger Raphael Bataglia, Teresa Cristina Lara de Moraes.

Conselheiros suplentes
Alacir Villa Valle Cruces, Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo, José Ricardo Portela, Lilihan Martins da Silva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Luiz Tadeu Pessutto, Marília Capponi, Marly Fernandes dos Santos, Rita de Cássia Oliveira Assunção, Roberta Freitas Lemos, Rosana Cathya Ragazzoni Mangini.

Comissão de Comunicação
Gerente-geral Diógenes Pepe
Coordenadora de Comunicação Christiane Gomes

Realização KMZ Conteúdo (11) 3031-7360
Jornalista Responsável Marina Bueno (MTb 54.276)
Reportagens Erika Mazon e Marina Bueno
Arte Fajardo Ranzini Design Gráfico (11) 3021-2465
Foto da capa Victor Moriyamai
Revisão KMZ Conteúdo
Impressão Rettec Artes Gráficas
Tiragem 79.000 exemplares
Periodicidade Bimestral

Sede CRP SP
Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo SP
tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails
Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Comunicação | comunicacao@crpsp.org.br
Site | http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP
Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932
Baixada Santista e Vale do Ribeira
tel. (13) 3235-2324, 3235-2441
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516
Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047
Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370
Vale do Paraíba e Litoral Norte | tel. (12) 3631-1315

EDITORIAL | A LUTA NÃO PARA • Várias causas que mobilizaram o CRP SP nos últimos meses estão contempladas nesta edição para suscitar e enriquecer os debates. 3

CONQUISTA | VITÓRIA DA SAÚDE BRASILEIRA • Psicologia e outras profissões da saúde comemoram o veto presidencial parcial ao Projeto de Lei (PL) do Ato Médico, mas a luta ainda não terminou. 4

OPINIÃO | CRENÇA NA LAICIDADE • Profissionais ligados a grupos religiosos defendem a laicidade do Estado e da psicologia e expõem os desafios de exercerem suas atividades com isenção. 6

EDUCAÇÃO | LUGAR DE PSICÓLOGO(A) TAMBÉM É NA ESCOLA • Audiência pública contra o veto do governador Alckmin ao PL que insere psicólogos nas escolas define a formulação de novo projeto. 9

PANORAMA | PROTAGONISMO FEMININO • Duas obras, "O trabalho do psicólogo no Brasil" e "Quem é a psicóloga brasileira", traçam um perfil da categoria e apontam mudanças das últimas décadas. 10

ORIENTAÇÃO | A PSICOLOGIA NA SAÚDE SUPLEMENTAR • Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) orienta psicólogos(as) a atuarem como parceiros(as) na fiscalização de atendimentos. 13

CAPA | LUTA (CONTÍNUA) ANTIMANICOMIAL • Em 18 de maio, manifestantes se reuniram em marcha na capital paulista e em outros eventos pelo Estado pela luta antimanicomial. 14

SUBSEDES | LUTA ANTIMANICOMIAL AVANÇA EM SOROCABA E REGIÃO • Luta de movimentos sociais, com o apoio do CRP SP, leva ao fechamento de hospitais em Sorocaba. 20

MUNDO MELHOR | FOCO NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DE JOVENS • Trabalho do CEDECA Sapopemba de medidas socioeducativas em meio aberto contribui para melhorar a realidade de jovens atendidos pela entidade. 22

DIVERSIDADE | HOMOFOBIA NÃO! • Dia Internacional Contra a Homofobia foi comemorado com manifestações como a marcha na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. 24

CONTROLE SOCIAL | CRP QUALIFICA SUAS REPRESENTAÇÕES • Participação de representantes do CRP SP em órgãos de controle social contribui para o debate de interesse da categoria e da sociedade. 26

QUESTÕES ÉTICAS | PENALIDADES ÉTICAS • Confira deliberações do CRP SP em relação aos(às) profissionais da área, assim como orientação da Comissão de Ética quanto à atuação em unidade básica de saúde. 27

ESTANTE • Veja algumas sugestões de publicações que podem contribuir para o aperfeiçoamento profissional dos(as) psicólogos(as). 29

MURAL | A IMPORTÂNCIA DO CADASTRO NACIONAL PARA AS ELEIÇÕES 2013 • Só com a atualização dos dados, os(as) psicólogos(as) terão a certeza de receber as instruções para participar das eleições. 30

Mobilização, eleições e defesa da categoria

Nos últimos meses, o Brasil assistiu a uma onda de manifestações populares cujas pautas eram as mais diversas: diminuição do preço do transporte público, saúde e educação dignas, por moradia, contra a corrupção, entre outras. No que se refere à saúde em geral e à psicologia, o momento também foi e continua sendo de luta e mobilização.

Tivemos uma importante vitória com a sanção, por parte da presidenta Dilma Rousseff, de pontos polêmicos do Projeto de Lei do Ato Médico, que comprometiam não apenas a autonomia das profissões da saúde, mas também o caráter integral de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Mas apesar dessa vitória, toda a categoria necessita estar atenta e mobilizada para garantir a manutenção destes vetos, pois a classe médica promete se articular para derrubar a sanção presidencial no Congresso Nacional.

Outra importante conquista foi a retirada do projeto conhecido como Cura Gay da pauta de votação da Câmara dos Deputados, fruto da intensa pressão da psicologia e da sociedade, que gritaram em alto e bom som: não há cura para quem não está doente.

São discussões como estas que estão presentes nesta edição do PSI, que traz também o debate sobre a laicidade da psicologia, sobre nossa presença nas escolas de educação básica e em órgãos de controle social, entre outros assuntos pertinentes a toda a categoria.

Outra pauta permanente da psicologia e que está nas páginas do PSI é a luta antimanicomial. As manifestações, que ocorrem no marco do 18 de maio, seguem necessárias e fundamentais para garantir as conquistas e evitar retrocessos, como a implantação de serviços que contrariam a reforma psiquiátrica, a criação de novos leitos em hospitais psiquiátricos e as internações compulsórias.

Assim como a livre manifestação da sociedade, a escolha de seus representantes é parte integrante da democracia participativa. Esse mesmo espírito democrático está presente, também, no Sistema Conselhos. Neste agosto de 2013, a categoria irá escolher, por votação direta e em todo o País, os responsáveis pela gestão do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia no próximo triênio.

Em São Paulo, duas chapas disputam a gestão 2013/2016 do CRP SP: Cuidar da Profissão em SP e Fortalecer a Profissão em São Paulo. Em igualdade de condições, nesta edição do PSI estão encartados os materiais das duas chapas. Neles são apresentados os nomes e as propostas de cada uma delas, para que o(a) psicólogo(a) possa conhecer, comparar e fazer a sua escolha. As três chapas que disputam o CFP: Renovação – compromisso com a Profissão, Fortalecer a Profissão e Cuidar da Profissão, já foram apresentadas à categoria por meio da veiculação de seus materiais no jornal do Federal.

Nesta eleição, uma importante inovação será implementada: o voto pela internet. Essa forma de votação trará maior facilidade aos(às) psicólogos(as) para exercerem o seu direito democrático de escolha, e mais agilidade à consulta eleitoral. Mas para que tudo isso aconteça com sucesso, é essencial a participação e o envolvimento de toda a categoria. É necessário que todos(as) atualizem seus dados para garantir a participação no processo eleitoral, seja pela internet, pelo correio, ou presencialmente. A atualização dos dados deve ser feita pelo Cadastro nacional, disponível nos sítios do CRP e do CFP no link http://cadastro.cfp.org.br

Participe. Você é fundamental nesse processo!

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO
Gestão 2010 - 2013

Vitória da saúde brasileira

PSICOLOGIA comemora o veto presidencial parcial ao Projeto de Lei (PL) do Ato Médico

O dispositivo mais problemático do PL do Ato Médico, vetado pela presidenta Dilma Rousseff, em 11 de julho, foi o inciso 1° do artigo 4°, segundo o qual a formulação do diagnóstico e a respectiva prescrição terapêutica seriam atividades privativas dos(as) médicos(as), ou seja, previa que apenas a classe médica poderia diagnosticar doenças e decidir sobre o tratamento. Psicólogos(as), por exemplo, não poderiam mais diagnosticar transtornos mentais. Assim, o PL feria a autonomia das profissões da saúde e impedia o caráter de atendimento integral do Sistema Único de Saúde (SUS). Milhões de usuários(as) utilizam os benefícios do SUS e reconhecem o valor dos(as) profissionais no cotidiano das unidades de saúde. As equipes multidisciplinares definem em conjunto o diagnóstico e o tratamento, somando suas diversas visões para chegar à melhor intervenção.

O veto parcial do Ato Médico é uma conquista, fruto da mobilização do Sistema Conselhos de Psicologia e de outras profissões da saúde. O CRP SP também se envolveu nessa luta e realizou diversas manifestações. (Confira na linha do tempo as atividades realizadas pelo Sistema Conselhos nos últimos 11 anos).

Mas é preciso atenção. O veto da presidenta Dilma ainda precisa passar pela aprovação do Congresso Nacional, que tem 30 dias para aceitá-lo. A classe médica já afirmou que manterá a campanha pela aprovação integral do texto do PL. Para garantir o atendimento integral do SUS e o respeito à autonomia das profissões da saúde, é fundamental a permanência da mobilização da psicologia e de outras categorias. Até o fechamento desta edição, ainda não havia resposta oficial do Congresso.

(Colaborou Christiane Gomes)

O Ato Médico e a luta da psicologia

2002

O então senador e médico Geraldo Althoff propõe o PL 025/2002, aprovado em dezembro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ).

2003

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) participa de audiência pública no Senado Federal e apresenta Moção de Repúdio na 12ª Conferência Nacional de Saúde.

2004

O Sistema Conselhos promove mobilizações em diversas capitais brasileiras. Com outras categorias da saúde, recolhe 1 milhão de assinaturas contra o Ato Médico, entregues ao então presidente do senado, José Sarney. O CFP cria cartilha contrária ao projeto e o site "Não ao Ato Médico".

2005

Uma carta aberta, assinada por 86 entidades da área da saúde, é entregue à senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), relatora do projeto. O texto reafirma que o Movimento Nacional contra o PL defende a composição de equipes de saúde multiprofissionais e interdisciplinares.

2006

Aprovado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, em 2ª votação, em caráter terminativo, o PLS 268/02 substitui o PLS 025/02 e segue para Câmara dos Deputados.

2007 A 2009

Nos dois anos são realizadas audiências públicas sobre o Ato Médico. A psicologia se organiza e promove campanha de envio de manifestos contrários ao PL.

2013

Em 13 de junho, o CFP participa de reunião com o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, pedindo alterações no texto elaborado pelo Senado e pela Câmara. Em 18 de junho, o Senado aprova o PL do Ato Médico.

Todo o Sistema Conselhos e demais conselhos de outras profissões da saúde realizam mobilizações exigindo o veto do PL por parte da presidenta Dilma Rousseff.

No dia 27 de junho, a diretoria do CFP, federações de profissionais e conselhos de movimentos em defesa da saúde se reúnem com o ministro da Secretaria-Geral da presidência, Gilberto Carvalho, e a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para solicitar o veto parcial ao PL à Dilma Rousseff. No mesmo dia, o CFP participa de manifestação na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, para pedir o veto do inciso 1º do art. 4º do projeto.

Em 4 de julho, o Dia Unificado de Luta pela Saúde levou às ruas, em todo o País, representantes das profissões da saúde para lutar contra o Ato Médico e defender melhorias na área. Em 11 de julho, a presidenta Dilma veta parcialmente o Ato Médico, incluindo nove pontos do artigo 4º. Foi, assim, uma vitória da mobilização da psicologia e de outras profissões da saúde. Mas a luta segue para defender os vetos no Congresso Nacional.

2012

No início do ano, a CCJ aprova o PL do Ato Médico. Em abril, a Comissão de Educação do Senado Federal realiza audiência pública para debatê-lo, da qual o CFP participa, como expositor: o presidente Humberto Verona aponta os problemas no PL, como a ingerência na autonomia das outras profissões da saúde. E solicita que o Ministério da Saúde participe das discussões, tendo em vista que é no campo de atuação do órgão que a proposta causa seu impacto mais profundo, ao impedir o atendimento integral à saúde da população.

Em maio, mais de mil manifestantes participam, em Brasília, da Mobilização Nacional contra o Ato Médico, organizada pela Frente dos Conselhos Profissionais da Área da Saúde (FCPAS), integrada pelo CFP. Eles são recebidos pelos senadores Marta Suplicy (PT-SP) e Zezé Perrella (PDT-MG) e por representante da Secretaria da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), do Ministério da Saúde. Marta Suplicy, contrária ao PL, se compromete a articular pela não aprovação.

Em novembro, o PL recebe pedido de vistas por parte do senador João Capiberibe (PSB-AP), que entende que o assunto precisa de mais tempo para análise.

Em dezembro, durante a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), os presidentes dos 20 Conselhos Regionais de Psicologia assinam ofício circular apoiando a iniciativa do CFP. O ofício é enviado aos senadores, solicitando audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais para esclarecer pontos nunca consensuais do Ato Médico. Há ainda uma reunião entre representantes do CFP, CRPs e outras entidades com o senador Romero Jucá (PMDB-RR), a fim de evitar a votação da matéria em regime de urgência, o que foi solicitado pela categoria médica. O senador se compromete com o pleito das entidades contrárias ao PL. Mesmo com audiências públicas e debates reiterando problemas, o projeto é aprovado.

2011

Em audiência pública na CCJ, a proposição é debatida com diversas categorias da área da saúde. O senador Antônio Carlos Valadares (PSB) apresenta parecer pela aprovação do projeto com alterações, mas em razão de um pedido de vistas coletivo, em 21 de dezembro, o PL é retirado de pauta.

2010

Uma grande manifestação reúne 20 mil pessoas no Ibirapuera, em São Paulo, e em diversas capitais do País ocorrem atos. O presidente do CFP se reúne com José Sarney para viabilizar uma nova proposição legislativa, que garanta os direitos constitucionais da população.

Médicos também se posicionam contra PL

Nem toda a classe médica concorda plenamente com o PL do Ato Médico. Para o psiquiatra Celso Ricardo Bueno, de São Paulo, a regulamentação da profissão parece ser interessante, uma vez que tantas outras categorias já a fizeram. Mas ele alerta: "Ouvi muita coisa, e os argumentos dos colegas sempre giram em torno de que é justo para a medicina e para a saúde; afirmam que existem profissionais de outras áreas cometendo exageros e colocando em risco a saúde das pessoas. Mas na verdade se trata de garantir exclusividades e privilégios, mantendo a medicina como hierarquicamente superior às demais profissões da saúde". Bueno se diz chocado por ser médico e não poder questionar livremente esse projeto, sob o risco de cometer infrações éticas. Destaca a importância do trabalho integral e multidisciplinar na saúde. "Atuo em equipe de um Caps III adulto de São Paulo. Temos um trabalho de muito compartilhar, e as especificidades entram à medida que o caso tenha necessidade, sendo a reunião de equipe soberana para tomar decisões, sem que isso fira minha atuação profissional e a ética. Não sou contra regulamentar a profissão, mas defendo a construção de equipes que compartilhem e se responsabilizem pelos cuidados", conclui.

Crença na laicidade

PSICÓLOGOS(AS) religiosos(as) defendem a separação de concepções privadas no exercício profissional

Embora o Brasil seja um país laico, religiões frequentemente tentam intervir no Estado e alterar leis e políticas públicas, o que ameaça os direitos humanos na medida em que é a laicidade que sustenta a diversidade religiosa e garante a liberdade de crença e não crença. Mais que isso, ela também inibe tentativas fundamentalistas de dominação, como muitas das propostas da Frente Parlamentar Evangélica, contrária, por exemplo, ao entendimento de que a homossexualidade não deve ser tratada como doença.

A esse respeito, a Resolução CFP 1/99, que estabelece normas de atuação para os(as) psicólogos(as) em relação à questão da orientação sexual, é muito clara: "Os(As) psicólogos(as) não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades" e "Os(As) psicólogos(as) não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos(às) homossexuais como portadores(as) de qualquer desordem psíquica." Essas determinações foram contestadas pela Frente Parlamentar Evangélica por meio do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 234/11, que buscava suprimi-las da Resolução, mas foi retirado antes de ser votado (*Leia mais sobre o assunto na matéria "Homofobia não!"*).

Outro aspecto do debate é a atuação dos(as) psicólogos(as) ligados(as) a correntes religiosas. É que, embora a psicologia laica não negue as diversas religiões e a importância que elas podem ter na vida das pessoas que as professam, ela entende que as crenças são pessoais, íntimas, e não devem ser misturadas aos preceitos da ciência psicológica. Não à toa, o Código de Ética da categoria veda ao(à) psicólogo(a) "induzir a convicção política, filosófica, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções". Assim, se o(a) profissional agrega às suas atividades convicções de ordem privada, como a religião, compromete a qualidade de seu trabalho por mesclar conceitos muito distintos e até antagônicos.

> **"A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS) DIZ QUE A HOMOSSEXUALIDADE NÃO É DOENÇA. PORTANTO, NÃO DÁ PRA OFERECER CURA AO QUE NÃO É DOENÇA".**
>
> *Roseli Caldas*

O desafio de separar os dois universos é enfrentado pelos psicólogos Roseli Caldas – dirigente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee), professora do Instituto de Psicologia do Mackenzie e membro da Igreja Presbiteriana do Brasil – e Ageu Heringer Lisboa, terapeuta familiar, mestre em Ciências da Religião no Mackenzie e membro-fundador do Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos (CPPC). Na entrevista a seguir, ambos expõem suas visões a respeito do tema.

Você acredita que o Estado e a psicologia devam ser laicos? Por que?

Roseli – Sim, ambos devem garantir liberdade religiosa e isso só acontece se houver laicidade. Ainda que a psicologia considere a dimensão religiosa como fundamental para a compreensão do homem em sua integralidade, isso não dá o direito – nem ao Estado nem à ciência – de direcionar ou indicar uma tendência religiosa ou antirreligiosa. Ou seja, do mesmo modo que um psicólogo ateu não pode influenciar seu paciente, menosprezando sua religiosidade, um psicólogo religioso não pode pautar sua conduta profissional por suas experiências e opções religiosas. Há necessidade

de se manter atento ao que é seu e ao que é do outro.

Ageu – Antes e acima da laicidade tem-se o conceito de democracia, única forma de organização social que pode garantir a convivência harmoniosa ou conflituosa de diferentes grupos no interior da sociedade – religiosos ou não. Historicamente, quando há o casamento do Estado com uma religião ou uma dada ideologia política, as demais religiões ou expressões filosóficas ficam subordinadas ou excluídas e clandestinas. O conceito de laicidade deve ser subordinado ao de democracia para se evitar extremismos em nome da laicidade. Quanto ao estatuto da psicologia científica, filha da filosofia e da teologia, é tranquilo e certo que o âmbito das ciências deve dispor de total liberdade quanto a pressupostos religiosos e ideológicos.

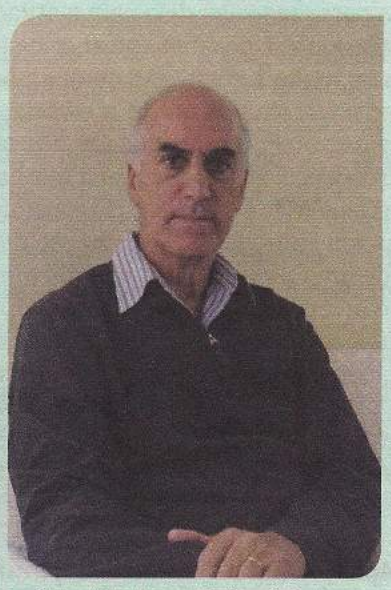
Como você avalia propostas como a da Frente Parlamentar Evangélica, que buscava suprimir partes da Resolução CFP 1/99 e, assim, abriria espaço para a chamada "cura gay"?

Roseli – A Organização Mundial da Saúde (OMS) diz que a homossexualidade não é doença. Portanto, não dá pra oferecer cura ao que não é doença. Mas, pode haver divergência em relação a essa questão em termos religiosos? Pode! À luz da Bíblia, por exemplo, a concepção bíblica de casamento se dá entre homem e mulher. Essa é uma concepção religiosa, que não pode ser orientação para a atuação profissional. Então, suprimir uma resolução, alterar uma lei de entidade de classe profissional a partir de preceitos religiosos é confundir e até mesclar instâncias diferentes.

Ageu – Em 39 anos como profissional da psicologia testemunho que existem inúmeros "estados do ser" (Nize da Silveira) e demandas variadas de distintos sujeitos quanto às suas vidas e identidades. A emergência do movimento gay no Ocidente desde a década de 1960, derrubando barreiras culturais e questionando construções teológicas sobre a sexualidade de um modo geral e a homossexualidade em particular, comprova isso. O mal-estar dos homossexuais transferiu-se para o campo religioso, que se vê obrigado a repensar seus fundamentos doutrinários sobre sexualidade. O deputado João Campos repercutiu vozes insatisfeitas com a formulação do 3º artigo da Resolução CFP 1/99. Essas normas são claras e corretas quanto ao que o profissional não pode, mas gerou insegurança em muitos que atendem pessoas insatisfeitas com suas práticas sexuais geradoras de sofrimento psíquico e que buscam vivenciá-las adequadas ao seu sistema pessoal de valores. O Código de Ética veta a indução de paciente a convicções religiosas, assim como proíbe à indução de convicções políticas, filosóficas, morais e ideológicas e de orientação sexual. Há pacientes ressentidos com abordagens simplistas de alguns profissionais que interpretam seu mal-estar com desejos e práticas homoeróticas quase que exclusivamente

Perfil

Roseli Caldas é dirigente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee), professora do Instituto de Psicologia do Mackenzie e membro da Igreja Presbiteriana do Brasil.



Ageu Heringer Lisboa é terapeuta familiar, mestre em Ciências da Religião no Mackenzie e membro-fundador do Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos (CPPC).

como sintoma de repressão religiosa ou moral, que é fato também, e os induzem a se assumirem como homossexuais, saindo do armário. Esse tipo de postura é tão condenável quanto a do profissional que patologiza a condição homossexual e não faz a devida escuta e o acompanhamento do sujeito, mas projeta seu desejo e crença sobre ele, ou tratando-a com categorias religiosas. Uma medida drástica como o projeto da Frente Parlamentar Evangélica foi necessária para explicações sobre a Resolução viessem à tona oficialmente *(Veja na página 25)*.

> **"QUANDO UM PSICÓLOGO ASSUME A *PERSONA* DE UM PASTOR, GURU OU MÍSTICO, REVELA SUA MÁ FORMAÇÃO E DESVIO DE CAMPO EPISTÊMICO".**
>
> *Ageu Heringer Lisboa*

Como você concilia sua crença religiosa às atividades profissionais, de maneira que não haja interferência?

Roseli – É um desafio muito grande. É preciso estar muito atenta, buscar ter muita clareza entre o que é princípio, orientação e prática profissional e o que é princípio, orientação e prática religiosa. Na medida em que eu prezo a minha fé e não posso negá-la, também não posso me valer dela para a atuação profissional. E nos meus 32 anos de formada, tenho a convicção de que não é preciso escolher entre fé e ciência. Eu posso exercer com seriedade a profissão de psicóloga e preservar a minha fé em Deus. Mas é um exercício constante. Quando entendemos a limitação diante de uma problemática que porventura é incoerente com nossos princípios religiosos, podemos, como psicólogos, inclusive fazer escolhas: ter humildade para encaminhar o paciente para outro profissional, que tenha melhores condições de neutralidade diante da temática.

Ageu – Minhas vivências espirituais e profissionais são causa e consequência daquilo que sou. Sou inteiro como pessoa, pessoa que se sabe finito e aspira a eternidade. *Homo sapiens sapiens, homo religiosus, homo faber*, ser corpóreo, anímico, espiritual, social, político. Identidade complexa, dinamicamente integrada. Como psicoterapeuta, tenho o dever ético de ter clara toda essa complexidade, consciente dos conceitos prévios que instruem minha formação, sabedor de meus limites e áreas de competência. Mantenho contínuo diálogo com a comunidade científica, submeto-me aos cuidados de terapeutas e pastores. Para preservar minha humanidade, entrego-me ao convívio com amigos, familiares e comunidade de fé.

Quais os prejuízos aos pacientes decorrentes de o(a) profissional misturar crença religiosa e ciência psicológica?

Roseli – Isso descaracteriza e confunde o paciente, que pode ser condicionado à conversão ou à mudança de opinião, desrespeitando o objetivo de busca do auxílio, que é profissional. Entendo que tanto o líder religioso que se vale do princípio da psicologia para fundamentar a mensagem como o psicólogo que se utiliza do exercício profissional para proselitismo religioso podem provocar confusão nos ouvintes e negar a ele o direito de escolha. A mistura resulta em desqualificação e perda de referência, tanto para a ciência – no caso, a psicologia – como para a própria religião.

Ageu – Aqui se tem a velha e sempre nova questão da dinâmica transferencial e contratransferencial no *setting* terapêutico. Uma formação acadêmica bem qualificada, submissão a análise e processos de supervisão e intervisão são bons antídotos contra tal mistura. Profissionais oriundos de grupos religiosos podem cair na tentação de transformar o divã em púlpito, o consultório em centro místico-esotérico. Assim como o médico não fará medicina com água benta e exorcismo, o psicólogo tratará das questões que são apresentadas dentro do marco epistemológico das ciências psi. No mercado de terapias não oficiais e da literatura de autoajuda tem-se uma grande oferta de recursos mágico-religiosos que misturam conceitos extraídos do campo psicológico com citações de filósofos e místicos ou trechos bíblicos. Quando um psicólogo assume a *persona* de um pastor, guru ou místico, revela sua má formação e desvio de campo epistêmico. Assim fica mais suscetível de incorrer em abuso de poder, manipulação emocional e proselitismo. Poderá agravar o sofrimento psíquico das pessoas, além de fazê-las perder tempo, dinheiro e esperança. Haverá prejuízo para os pacientes tanto se a psicoterapia for sujeitada a uma visão religiosa quanto se ela ignorar ou se considerar como 'ultrapassado' qualquer conteúdo religioso que venha do paciente. Preconceitos e unilateralidade ocorrem de todos os lados. Profissionais que ignoram, não estudam e estão armados contra experiências religiosas cometem barbaridades interpretativas em consultórios, violentando o sistema de valores de clientes confessantes.

Lugar de psicólogo(a) também é na escola

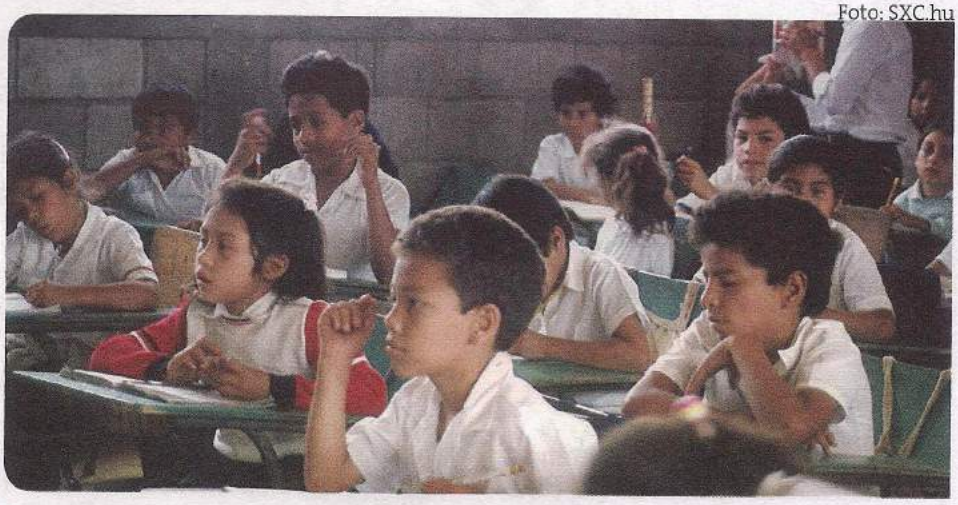
AUDIÊNCIA pública delibera a redação de novo Projeto de Lei para inserir os(as) profissionais nas unidades de ensino

A audiência pública realizada em abril, na Assembleia Legislativa de São Paulo, contra o veto do governador Geraldo Alckmin ao Projeto de Lei (PL) 442/07, que garante a inserção de psicólogos(as) e assistentes sociais em escolas estaduais, questionou a maneira pela qual o governo do Estado vem priorizando a educação. Para isso, foi acordado um amplo debate com entidades das categorias, como o CRP SP, Cress, SinPsi e Abrapee. "Não vamos abrir mão de oferecer educação de qualidade aos nossos jovens. Inserir psicólogos e assistentes sociais no projeto pedagógico é o mínimo que se pode fazer", defendeu a deputada Ana do Carmo, autora do PL – vetado sob a alegação de inconstitucionalidade e justificativas como a de que as escolas já contam com mecanismos de apoio para os tratamentos psicológico e psicopedagógico dos(as) alunos(as), como o Centro de Apoio Pedagógico Especializado (Cape), Conselho Tutelar e Sistema Único de Saúde (SUS).

Ao final do encontro, os participantes optaram pela redação de um novo Projeto de Lei – em vez de se mobilizarem para derrubar o veto do governador – por entenderem que, dessa forma, poderiam avançar na construção de uma proposta mais adequada às necessidades da população escolar e às possibilidades de atuação dos(as) profissionais envolvidos(as). O próprio mandato da deputada Ana do Carmo admitiu que o PL 442/07 foi apresentado sem ter sido debatido amplamente com as entidades das categorias envolvidas. E adiantou que o próximo dispositivo excluirá os(as) psicopedagogos(as) das categorias que devem ser inseridas nas unidades educacionais.

Representante do CRP SP na audiência pública, o conselheiro Luis Fernando de Oliveira Saraiva posicionou-se contrário ao veto do governador por considerá-lo um contrassenso. Isso porque o PL foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa e, ao vetá-lo, o governo está questionando o trabalho do órgão. Outro argumento contestado pelo CRP SP é o de que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) proíbe os(as) profissionais de saúde de serem remunerados(as) com verba destinada à educação. A esse respeito, o CRP SP defende que os(as) psicólogos(as) são educadores no sentido amplo, posto que seu objetivo é desenvolver processos educativos a partir da intervenção em esferas institucionais e grupais, entre outras, sempre remetendo-se ao projeto político-pedagógico da escola. Além disso, o Estado de São Paulo não absorve toda a verba dedicada à educação e tampouco se vale dos convênios que são colocados à disposição pelo governo federal.

Foto: SXC.hu



Inserção de novos profissionais pode qualificar os projetos pedagógicos das instituições

Em resposta à alegação de que as unidades educacionais já contam com instâncias e políticas públicas de apoio aos(às) alunos(as), o CRP SP acredita que é preciso diferenciar as atuações delas. E lembra que os Conselhos Tutelares, por exemplo, não têm conseguido encontrar maneiras de enfrentar suas demandas educacionais, como ampliação da oferta de vagas nos Centros de Educação Infantil (CEIs), dificuldades de convívio escolar e mau desempenho dos estudantes. Educação é uma questão complexa, que exige novos esforços e multidisciplinaridade.

Essa defesa já encontra respaldo. Tanto que nos últimos quatro anos, 16 municípios paulistas abriram concursos para a contratação de psicólogos(as). "Infelizmente, o governador parece desconhecer o trabalho do psicólogo na educação. Os profissionais que atuam em instituições que ele considera suficientes para fornecer apoio aos alunos não hão de fazer o mesmo trabalho que fariam os psicólogos inseridos nas escolas estaduais. Não é uma questão de ampliação de mercado, mas de compromisso com a transformação social. Afinal, somos todos educadores", disse o conselheiro Luis Saraiva.

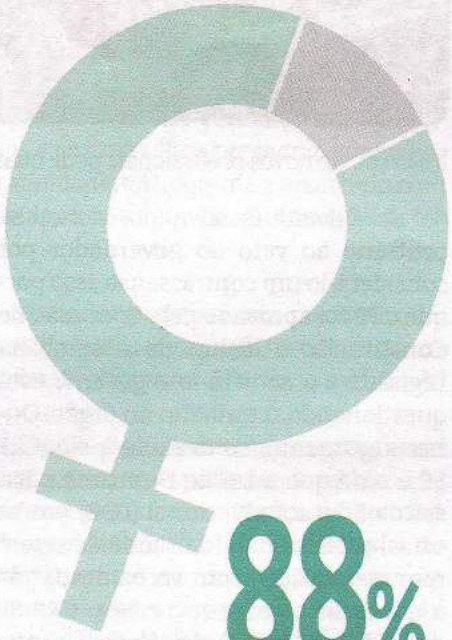
Protagonismo feminino

Dos psicólogos em exercício no Brasil, 88% são mulheres, segundo pesquisa que baseia livro do CFP

Como reconhecimento da importância das mulheres na construção da profissão, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou, em maio passado, o livro "Quem é a psicóloga brasileira – Mulher, Psicologia e Trabalho" (2013), organizado pela psicóloga, psicanalista e professora Louise A. Lhullier. A ideia, expressa na apresentação da obra, é saber com mais clareza quem faz a psicologia e, a partir dessa observação, criar a possibilidade de avançar na compreenção sobre os efeitos dessa presença feminina no exercício da profissão no Brasil. Roseli Goffman, conselheira do CFP e membro do Conselho Editorial do livro, destaca que "o objetivo é que haja desdobramentos do assunto, demonstrando o empoderamento da mulher brasileira".

Isso porque o perfil das psicólogas traçado a partir de levantamento realizado por intermédio do Instituto Ethos revelou que dos(as) 232 mil profissionais em exercício no País, 88% são mulheres. Dessas:

- 76% têm entre 30 e 59 anos; e
- O percentual das que têm até 29 anos é mais que o dobro das maiores de 60 – o que se explica em razão da expansão dos cursos de graduação em Psicologia.



88%

Participação das mulheres na categoria profissional no Brasil

Em relação às formas de trabalho, a pesquisa apurou que:

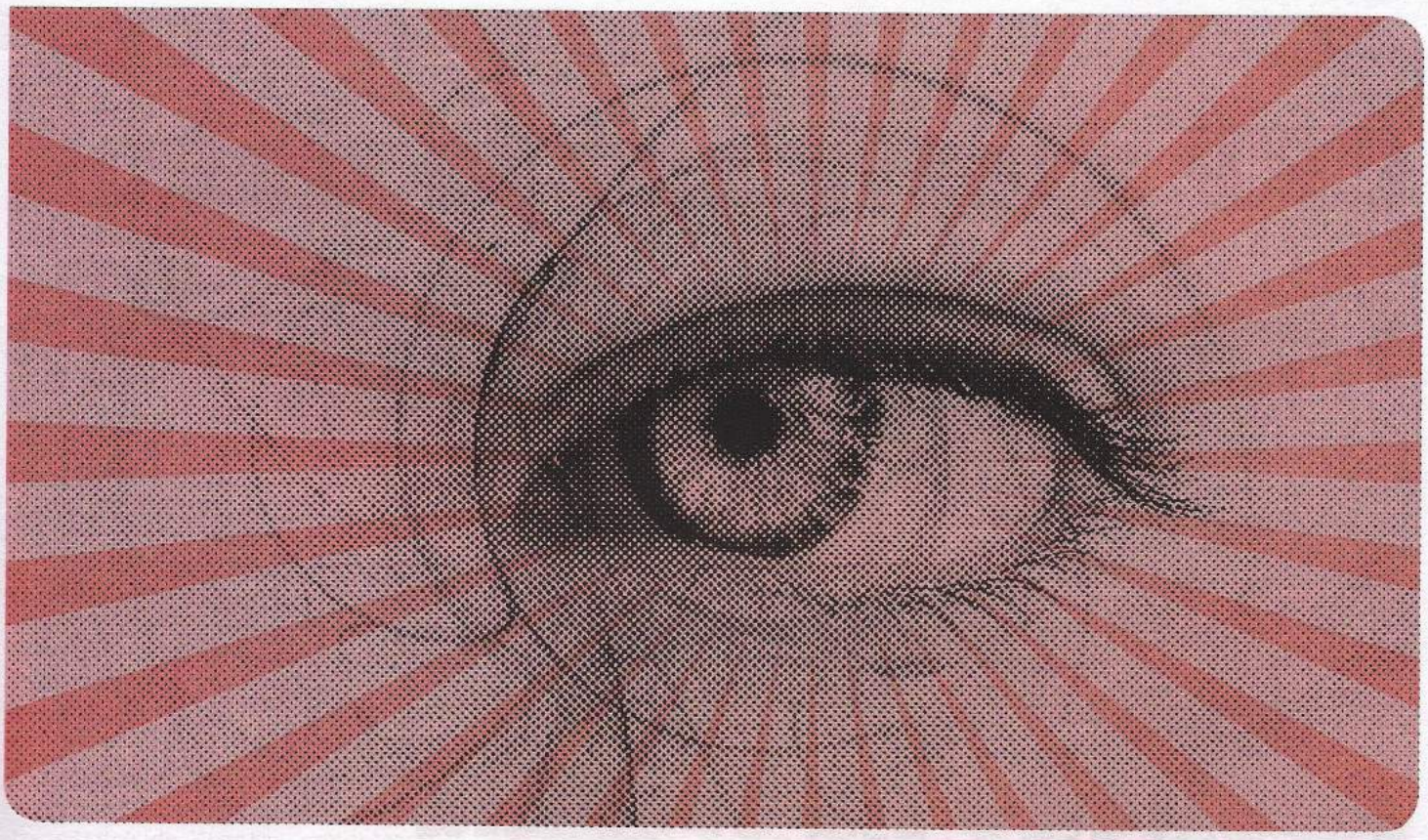
- 53% atuam exclusivamente na psicologia;
- 15% não exercem a profissão, mas pretendem exercer;
- 11% exercem, mas não como principal atividade; e
- 10% têm a psicologia como principal atividade, mas não a única.

Com 4% de respostas cada uma, ficaram ainda as alternativas: já exerceram, mas não mais; não exercem e não pretendem exercer; não exercem nenhuma atividade remunerada.

Já quanto à área de atuação:

- 45% declararam ser na saúde;
- 12% na educação;
- 12% em trabalho/organizacional/RH;
- 10% em assistência social; e
- As demais em outros campos.

Mais do que revelar dados quantitativos – em capítulo assinado por Louise Lhullier e a estatística Jéssica Roslindo –, a publicação do CFP propõe uma série de reflexões, como "Trabalho feminino, trabalho masculino: desdobramentos da divisão sexual do trabalho", em que a pesquisadora Rita Flores Müller e a psicanalista Geni Núñez Longhini destacam a tendência de atenuação das divisões por gênero, e analisam as transformações dos espaços antigamente estanques; "A feminização da profissão e a presença das mulheres na psicologia", uma avaliação de Rita Müller e da psicóloga Bruna Camilo Bonassi sobre a predominância feminina na profissão, tanto no Brasil como em grande parte dos países; "Ser psicólogo no Brasil: entre o exercício profissional e a realização de atividades domésticas e de cuida-



do não remuneradas"; tratado pelas psicólogas Maria Fernanda Diogo e Maria Chalfin Coutinho; e "As psicólogas e as mutações no mundo do trabalho", no qual os(as) psicólogos(as) e professores(as) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Oswaldo Hajime Yamamoto, Isabel Fernandes de Oliveira e Ana Ludmila Freire Costa apontam que, a partir dos dados e das análises levantados, ainda que haja limitações, é possível questionar a natureza e a extensão da desigualdade entre gêneros na profissão, em diversos aspectos.

Sintonia

Outra obra, "O trabalho do psicólogo no Brasil" (2010), dos organizadores e autores Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Sônia Maria Guedes Godin e colaboradores, também elaborada com base em pesquisa, faz coro com o livro do CFP para entender o exercício da profissão. Em relação à forma de atuação dos(as) psicólogos(as) – homens e mulheres –, por exemplo, constata que, dos(as) inscritos(as) nos Conselhos Regionais de Psicologia, 62,1% atuam exclusivamente na área, e, dos demais, 22,1% combinam a atuação em psicologia com outra atividade profissional; 9,1% trabalham fora do campo; 5,2% estão desempregados (já trabalharam na profissão); e 1,4% nunca chegaram a atuar na área. Os dados revelam, portanto, taxa de desemprego da ocupação (incluídos os(as) que não atuam e nunca atuaram na profissão) de 15,7%.

A distribuição de renda foi outro foco da pesquisa, segundo a qual 1,6% dos(as) profissionais não possuem renda; 13,2% ganham até três salários mínimos; 27,3% recebem de três a seis salários mínimos; 38,2% de seis a 15; 10,1% de 15 a 21; e 9,6% acima de 21 salários mínimos.

O perfil da profissão, liberal ou assalariada, também foi alvo de análise. A pesquisa apontou que tanto entre os(as) psicólogos(as) que atuam exclusivamente em sua área como entre os(as) que mesclam a psicologia com outro trabalho fora do campo predomina a combinação de pelo menos um vínculo assalariado e um trabalho autônomo. A conclusão de que mais de 40% dos(as) psicólogos(as) fazem essa conciliação, e que o número de apenas assalariados(as) é superior ao de autônomos(as), indica mudanças em relação a uma pesquisa realizada pelo CFP na década de 1980, quando se constatou que o perfil da profissão era liberal.

Outra tendência notável de mudança é a presença proporcionalmente maior no interior, que já reúne mais de 50% das(os) profissionais, enquanto foram 20% em meados da década de 1970. Esse processo amplia o acesso direto da população aos serviços de psicologia e acompanha a expansão do número de cursos em cidades de médio porte.

62,1%

Volume de psicólogos(as) que atuam exclusivamente na profissão

CRP alerta sobre novo credenciamento da PF

O CRP SP alerta os(as) psicólogos(as) que realizam avaliação psicológica de vigilantes sobre a necessidade de credenciamento para porte de arma na Polícia Federal, conforme Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF e Instrução Normativa nº 70/2013-DG/DPF.

As informações sobre exigências relacionadas ao credenciamento também constam na Instrução Normativa nº 70/2013-DG/DPF, de 13 de março de 2013, que estabelece procedimentos para o credenciamento e a fiscalização de psicólogos(as) responsáveis pela expedição de comprovante de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, e regulamenta a atuação do(a) psicólogo(a) na avaliação psicológica do vigilante.

O(A) interessado(a) deverá efetuar inscrição via internet no www.dpf.gov.br e, após ter recebido comunicado, solicitar seu credenciamento na unidade da Polícia Federal apresentando os documentos que constam no seguinte endereço eletrônico do site do CRP SP: http://www.crpsp.org.br/portal/midia/fiquedeolho_ver.aspx?id=607.

Atenção na escolha de testes psicológicos

Os testes psicológicos são importantes ferramentas de trabalho para os(as) profissionais da área. No entanto, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) alerta para um cuidado a mais na hora de escolher um deles como recurso na realização de avaliação psicológica.

A Resolução CFP nº 002/2003 orienta para que os(as) psicólogos(as) fiquem atentos(as) aos contextos e propósitos para os quais os estudos empíricos indicaram os resultados favoráveis para os testes que pretendem utilizar.

Maria Cristina Pellini, membro da COF e da Comissão de Ética (COE) do CRP SP, reforça que a simples aprovação do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – Satepsi não significa que o teste possa ser usado em qualquer contexto ou para qualquer propósito. A recomendação para um uso específico deve ser buscada nos estudos que foram feitos com o instrumento, principalmente com relação a validade, precisão e padronização. Ela também destaca a importância da leitura do manual do teste, considerando, em especial, os estudos realizados para que fosse evidenciada sua validade e precisão para determinada população e contexto.

A COF ainda orienta que, caso o teste de escolha do(a) profissional não conste na listagem, é provável que não tenha sido encaminhado para análise da comissão consultiva constituída pelo CFP, o que o coloca na mesma condição dos desfavoráveis, ou seja, seu uso no exercício profissional pode não trazer as informações necessárias para a conclusão da avaliação psicológica e ainda poderá implicar falta ética. Além disso, a utilização em contextos e com propósitos para os quais ele não foi aprovado pode provocar erros no resultado da avaliação psicológica e ainda causar sérias consequências. Afinal, é de responsabilidade do(a) psicólogo(a) a avaliação e a escolha dos recursos/técnicas que utiliza em seu exercício profissional.

As informações sobre os testes psicológicos em condições de uso estão disponíveis aos(às) psicólogos(as) no site do Satepsi. O CFP, em parceira com instituição de ensino, está reformulando o sistema de busca para facilitar a consulta, visando atender às necessidades dos(as) psicólogos(as). Atualmente, o site é o http://www2.pol.org.br/satepsi/sistema/admin.cfm.

Foto: SXC.hu

A psicologia na saúde suplementar

Profissionais podem atuar como fiscais para garantir atendimentos mais qualificados

Foto: SXC.hu

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) determina critérios bastante específicos para usuários de planos e convênios médicos usufruírem cobertura de, no mínimo, 40 consultas com psicólogos(as) e 12 sessões de psicoterapia. Os atendimentos são incluídos em casos de diagnóstico de doenças pré-determinadas, de acordo com laudo médico e/ou do(a) responsável clínico. Muitos planos de saúde, no entanto, acabam não divulgando e/ou cerceando esse direito dos(as) pacientes. Por isso, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) divulgou documento com as principais orientações aos(as) psicólogos(as) sobre saúde suplementar, disponível no endereço http://www.crpsp.org.br/portal/midia/pdfs/orientacoes_saude_suplementar_RN262_jul_12.pdf. O texto trata de aspectos relacionados aos contratos com as operadoras, auditoria e ética e atuação profissional, entre outros temas. E os(as) psicólogos(as) também têm papel relevante nesse cenário: devem auxiliar o CRP SP em seu papel de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão.

A situação é complexa porque as relações de trabalho estabelecidas entre psicólogos(as) e planos de saúde variam conforme a operadora e o tipo de serviço de atendimento psicológico oferecido. Rogério Giannini, presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo (SinPsi), esclarece que "o profissional se credencia geralmente como pessoa jurídica, ou seja, não é um funcionário dos convênios na maior parte dos casos. Assim, não há uma relação de trabalho específica, o que fragiliza uma atuação mais sindicalizada da classe", reforça.

Giannini também faz recomendações aos(às) usuários(as) para que fiquem atentos e cobrem das operadoras o cumprimento das normas da ANS, além de exigir maior cobertura, o que pode significar ganhos de qualidade de vida e promoção da saúde.

Demandas

As principais queixas dos(as) psicólogos(as) referem-se aos valores pagos por consulta pelas operadoras, o que pode implicar necessidade de um número maior de pacientes atendidos, o que, por sua vez, leva a sessões mais rápidas e espaçadas, desqualificando todo o trabalho. A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) alerta que o(a) profissional que diminui o tempo de atendimento para aumentar o ganho comete infração ética.

Por isso, o CRP SP orienta que quando o(a) psicólogo(a) recebe da instituição onde trabalha a exigência de realizar uma demanda grande de atendimentos em tempo reduzido, argumente sobre os princípios que regem a profissão, buscando propor outras intervenções que não interfiram na qualidade do serviço prestado e atendam à demanda proposta. O Conselho também tem procurado contribuir com o(a) psicólogo(a) enviando alertas às empresas de saúde suplementar que têm essa prática, defendendo os(as) profissionais e dando a eles mais força para negociar.

O presidente do SinPsi reforça ainda a necessidade da diversificação dos atendimentos psicológicos cobertos pelos planos. "Os psicólogos podem atuar em atendimentos nas áreas de prevenção e álcool e drogas – investimentos que podem levar à prevenção, à melhoria e à promoção da saúde. É uma relação de ganha-ganha. Não podemos mais ter leituras simplistas", defende.

Luta (contínua) antimanicomial

DATA
foi marcada por manifestações em todo o Estado e culminou com marcha na capital paulista

Faixas, cartazes e bandeiras com palavras de ordem assinadas por Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e outras organizações de diversas regiões do Estado; bateria do Complexo Prates, serviço de atendimento de usuários(as) de álcool e drogas e pessoas em situação de rua na região da Nova Luz, animação do cordão carnavalesco Bibi-Tantã, destinado à promoção da inserção cultural de atendidos em serviços públicos de saúde mental; intervenções artísticas espontâneas; distribuição de material informativo. Essas e outras atrações conferiram alegria e descontração à manifestação pública "A luta não para", contra a internação compulsória e pela municipalização da saúde mental, realizada em São Paulo, em 18 de maio.

Organizado pela Frente Estadual Antimanicomial (FEA), que congrega várias entidades, o movimento teve como ponto alto a marcha que partiu do vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp), na Avenida Paulista, rumo à Praça Dom José Gaspar, na região central, com cerca de 1,5 mil pessoas, entre representantes de mais de 15 municípios paulistas, universidades, entidades da área da saúde, Movimento de Mulheres e o Coletivo DAR – movimento antiproibicionista que organiza a Marcha da Maconha em São Paulo –, usuários(as) e seus familiares. Na avaliação da conselheira Marília Capponi, representante do CRP SP na organização do evento, a marcha cumpriu seu objetivo de dar visibilidade à luta antimanicomial com grande diversidade. "Mobilizamos representantes de várias frentes envolvidas na causa e reunimos mais usuários do que em anos anteriores", comemorou ela.

> **"A LOUCURA NÃO TEM DE ESTAR ESCONDIDA, TRANCADA; ELA ESTÁ NA VIDA.**
> Tiago Noel Ribeiro

Também membro da Frente Estadual Antimanicomial, Tiago Noel Ribeiro justificou o movimento: "A loucura não tem de estar escondida, trancada; ela está na vida. Nossa ideia é mostrar a multiplicidade da loucura." Justamente por compartilhar esse entendimento, o público manifestou-se em defesa de uma sociedade sem manicômios e do tratamento em liberdade.

Nesse sentido, a disputa da FEA é por recursos públicos que, segundo Ribeiro, não deveriam ser destinados aos tratamentos com privação de liberdade, pois eles não constituem política pública. "É preciso investir na rede substitutiva – o que inclui os consultórios de ruas, por exemplo – para implantá-la plenamente", afirma. "Até mesmo para constatarmos se, de fato, o modelo é o melhor caminho", completa.

Guilherme Fenerich, também da FEA, faz coro com Ribeiro. Para ele, muitas pessoas criticam a rede pública, mas desconsideram que ela não está plenamente implantada. Ele também é da opinião de que os governos não devem contratar tratamentos com privação de liberdade, muitos dos quais são ligados a práticas religiosas.

Fenerich pondera: do ponto de vista da saúde mental não relacionada a álcool e drogas, até houve alguns avanços em termos de legislações reguladoras. Por outro lado, há uma ofensiva em torno da manutenção de comunidades terapêuticas e da ampliação da criminalização dos(as) usuários(as). Por isso, justifica que o foco das manifestações deste ano foi o Projeto de

Representantes de entidades e usuários(as) se uniram contra a internação compulsória

1,5 MIL pessoas participaram da marcha na capital paulista

Lei (PL) nº 7.663/10 que fortalece as políticas de internação compulsória. "Ele é um retrocesso", diz, acrescentando: "Sabemos que o trabalho de convencimento e aceitação do tratamento é difícil, mas é a fase mais importante".

Testemunha dessa afirmação é o usuário Maurício Silva Lima, de 53 anos, que sofreu com dependência de álcool e drogas durante 35 anos e, depois de ter feito tratamento no Caps, está "limpo" há quatro anos. Ele chegou a ser internado um dia. "E foi o suficiente para eu saber que essa é a pior solução", afirma, defendendo que, se o paciente não quiser o tratamento, não adianta, pois fica ainda mais revoltado e disposto a revidar. "Não há bem maior na vida do que a liberdade", garante.

A experiência própria levou Maurício a abraçar a causa da não internação. Ele integra a FEA e participou ativamente da organização das manifestações de 18 de maio, que, afirma, tiveram como objetivos chamar a atenção do público e das autoridades para o tema da internação compulsória, protestar contra posições de representantes do governo e defender a municipalização da saúde mental em São Paulo. "Meu papel na sociedade é político. Por isso, sou um militante", declara.

Educação

Ao final da marcha, parte dos manifestantes se reuniu na Praça Dom José Gaspar para acompanhar as intervenções da Tenda Paulo Freire, idealizada de acordo com o modelo de educação popular, que visa auxiliar e apoiar a articulação de movimentos sociais, culturais, de educação e saúde nos mais di-

versos formatos de eventos. A ideia inicial era de que a tenda fosse montada na Praça Roosevelt, mas, mesmo após diversas tratativas com a Prefeitura de São Paulo, o uso do espaço foi negado dois dias antes do evento.

A programação, contudo, estruturada por membros da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (Aneps-SP), foi seguida. A construção foi coletiva e envolveu profissionais da saúde, estudantes, artistas populares e militantes, entre outros que passavam pelo local e foram convidados a integrar o movimento de sensibilização para o aprendizado compartilhado.

Desde as 10h, quando foi montada, passaram pela tenda mais de 400 pessoas, que foram envolvidas no exercício da liberdade. O destaque, segundo a organizadora do evento, a terapeuta ocupacional Thamara Fernandes Sales Santos, foram as manifestações espontâneas, fortalecedoras da luta antimanicomial que, segundo ela, já tem mais de 30 anos no Brasil. "É uma batalha por várias conquistas, como o tratamento em liberdade. Sabemos que trancar não é tratar; que há outros modelos de atenção mais efetivos. Por isso, nosso objetivo no dia 18 foi sensibilizar as pessoas de que a saúde mental deve ter a atenção de todos, já que a maior parte da sociedade só enxerga a doença. Nossa proposta é de convivência mais harmônica, do aprendizado compartilhado, do aprender e ensinar. As pessoas precisam ser cuidadas e atendidas, o que, muitas vezes, não é reconhecido pela sociedade", relata Thamara.

Fotos: Victor Moriyama

Novas formas de cuidados foram pensadas na Tenda Paulo Freire

400

pessoas passaram pela Tenda Paulo Freire

Por meio da educação popular, o público da Tenda Paulo Freire pôde experimentar novas formas de cuidados e, coletivamente, pensar demandas e soluções. E, como acrescenta a terapeuta ocupacional, com a arte permeando o evento, que também contou com práticas tradicionais coletivas e individuais, massagem rítmica e distribuição de cordéis especialmente elaborados para o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, além de atividades culturais e roda de conversa com um grupo de mais de 40 adolescentes de Embu das Artes e adultos que discutiram conceitos de política.

"A loucura também é reflexo do meio social e, por isso, a sociedade tem de ser transformada. Propomos o exercício de pensar sobre o que está adoecendo as pessoas e causando sofrimento. É na forma como nos relacionamos com os outros que mostramos se somos ou não saudáveis", defende Thamara. Esse caminho, que contraria a internação e propõe outras formas de cuidado, tem se mostrado efetivo em muitos casos.

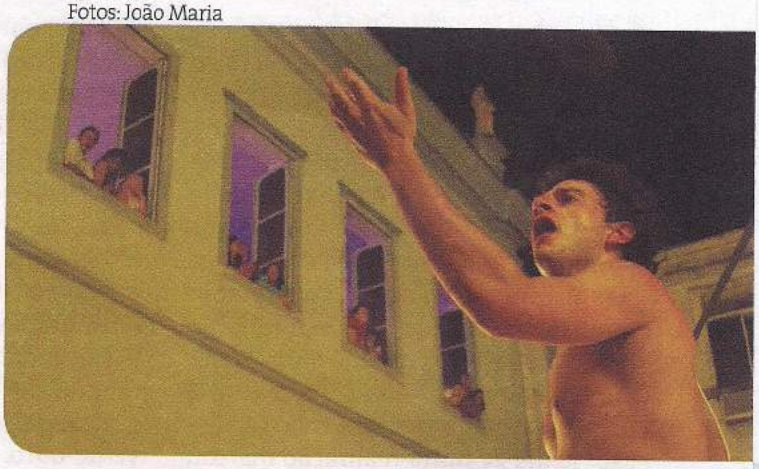
Ao lado da Tenda Paulo Freire foram montadas outras barracas de movimentos e entidades ligados à economia solidária e à luta antimanicomial. Uma delas foi a do Caps Álcool e Drogas Centro, que comercializou itens produzidos pelos(as) usuários(as) do sistema, entre eles Elizete de Lima Soares, responsável por costurar as camisetas à venda no local. Ela mostrou empolgação por fazer parte das atividades e contou que está há cinco meses em uma residência terapêutica e há mais de um ano longe das drogas. "Voltei a estudar e faço curso de moda", diz, como exemplo de caminho para o tratamento em convívio com a sociedade.

Em Taubaté, equipes e pacientes se integraram

Bauru promoveu mesa-redonda sobre a loucura

Loucura em diversas frentes

Fotos: João Maria



Peça "Um elogio à loucura" foi encenada na sede do CRP SP

A semana da luta antimanicomial, em maio, foi marcada por uma série de eventos promovidos na sede e nas subsedes do CRP SP. No dia 15, o espetáculo teatral "Euétheia – Um elogio à loucura" foi exibido no anfiteatro do CRP, em São Paulo. O público foi conduzido desde a entrada da sede, na calçada, pelo casal de atores que encena a história, inspirada no "Elogio da Loucura", de Erasmo de Rotterdam. Trata-se de um dia na vida de um homem enclausurado em seu mundo, que usa o tempo na criação de seus pássaros de papel. Por meio de multifacetadas manifestações de seu caráter, ele inventa paisagens pelas quais expressa seu sopro de vida pulsante.

A produção é da Cia. Paraladosanjos, que inclui técnicas de acrobacia aérea ao trabalho. Tanto que boa parte das cenas de "Um elogio à loucura" é interpretada pelo protagonista Marcos Becker a mais de seis metros de altura. A direção do espetáculo é de Adelvane Neia e a música – ao vivo – é executada por Mauro Braga. No dia 16, o espetáculo também foi apresentado na subsede Grande ABC do CRP.

Bauru

Na subsede Bauru, dois eventos destacaram a luta. No dia 7 de maio, cerca de 130 pessoas participaram, no *campus* da Universidade Paulista (UNIP), da mesa-redonda que contou com palestras de Silvio Yasui e Cássio Lemos Figueiredo em torno do tema "Qual é a sua loucura?". No dia 13, na própria subsede, foi a vez do Cine-clube, com "Si Puó Fare", e palestra de Tatiane Tavares Menezes.

Vale do Paraíba

O seminário "A Psicologia diante dos processos de exclusão e de higienização da cidade" foi um dos eventos promovidos pela subsede Vale do Paraíba, que ocorreu na Casa do Idoso, em São José dos Campos, no dia 18. Participaram do evento a psicóloga Dalka Chaves, que falou sobre "Exploração Sexual Infantil e Adolescente"; o psicólogo Aristeu Bertelli, responsável pela mediação; a gestora Lívia Gonsalves Toledo, que abordou o tema "Luta contra a Homofobia"; e a psicóloga Luciana Angelo, que expôs a "Luta Antimanicomial". Já em Taubaté, no Caps II, equipes e pacientes do centro, assim

como do Caps I e AD, participaram da "Semana Comemorativa da Luta Antimanicomial", no dia 17. Nos dois eventos houve sorteio de camisetas alusivas ao 18 de maio com a estampa "Semana da Luta Antimanicomial: Qual a sua loucura?".

Ribeirão Preto sediou o evento multicultural Viramente, que agregou diversas atividades

Sorocaba

Com o apoio e parceria do Serviço Social do Comércio (Sesc), da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), do Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (Flamas) e da Universidade Sorocaba (Uniso), a subsede Sorocaba promoveu apresentação da peça teatral "Estamira", no dia 16, com lotação máxima, e do filme "Um estranho no ninho", no dia 18 – mesma data do Ato Público municipal que contou com a presença de representantes do CRP local. No dia 23, outra realização marcou a luta antimanicomial: a mesa-redonda "Saúde mental e rede substitutiva", na Uniso, com a participação dos palestrantes: Adriana Caldeira, representante do Ministério da Saúde; Antonio Lancetti, psicanalista; Armando Martinho Bardou Raggio, secretário municipal de Saúde de Sorocaba; Izidio de Brito Correia, vereador da cidade; e Jamile Albiero, terapeuta ocupacional do Caps de Cerquilho. A subsede apoiou e participou da organização, com a Comissão Municipal de Enfrentamento Sexual, do evento alusivo ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual.

Ribeirão Preto

O destaque na cidade foi o evento Viramente, realizado no dia 18, das 8h às 18h30, no Parque Maurílio Biagi. Multicultural, ele foi resultado de uma parceria da subsede com o Movimento Se Vira Ribeirão, responsável pela Virada Cultural Independente promovida na cidade em 2012 e 2013.

Com a participação de profissionais, usuários(as) dos serviços de saúde mental e seus familiares, Grupo Comunitário de Saúde Mental e a comunidade em geral, várias atividades culturais e de saúde integraram o evento, como Tai Chi Chuan, oficinas de horta, fotografia, malabares, grafite, forró e roda de conversa sobre saúde mental. A banda Loko Na Boa, composta por profissionais e usuários(as) da saúde mental do Caps II de Assis, fez um grande show e fechou o dia com chave-de-ouro.

Assis

Várias iniciativas foram adotadas pela subsede, como o fornecimento de panfletos alusivos à luta antimanicomial aos municípios de Álvares Machado, Cândido Mota, Ourinhos e Presidente Prudente, onde houve distribuição, assim como em Assis. Ainda na cidade e em Marília e Presidente Prudente, foram instalados *outdoors* sobre o tema. Além disso, a subsede apoiou e participou do "II Encontro do Fórum Permanente Intersetorial de Saúde Mental da Região de Ourinhos", realizado nas Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO), no dia 23.

Já o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual foi lembrado pela subsede de Assis por meio de apoio às atividades realizadas na cidade e em Álvares Machado, Cândido Mota, Presidente Prudente e Ourinhos. Foram fornecidos panfletos com a frase: "Um estranho entregou isso para você, mas poderia ter sido para seu filho". A subsede ainda acompanhou palestras abertas à população na cidade de Cândido Mota, nos dias 16 e 17, e participou do "Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil", em Ourinhos, no dia 15.

Em Santos, manifestantes se reuniram no Emissário

Mesa-redonda sobre saúde mental foi destaque em Sorocaba

Bons frutos da audiência pública

Participantes debateram os danos da privação de liberdade

Convocada pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH) e Movimento Nacional da População em situação de Rua (MNPR), a audiência pública contra as internações compulsórias, realizada em 18 de abril, em São Paulo, resultou no encaminhamento, ao Ministério Público Federal (MPF), de relatório sobre a atuação das comunidades terapêuticas de todo o Brasil. Elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), o documento atesta violação aos direitos humanos e falta de projetos terapêuticos adequados ao tratamento antidrogas. Para isso, baseia-se em pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), segundo a qual apenas 2% dos(as) pacientes de internações involuntárias e compulsórias apresentam algum tipo de melhora no uso de drogas, sendo que 98% voltam a recair no uso e abuso de entorpecentes e álcool. "Além disso, os danos psíquicos sofridos durante a privação de liberdade agravam ainda mais a situação deles", observa o coordenador do MNDH, Rildo Marques de Oliveira. O relatório sobre as comunidades terapêuticas será analisado pela Procuradoria Federal, que se comprometeu a adotar medidas referentes à fiscalização.

Foi entregue ainda ao MPF parecer do CRP contrário ao Projeto de Lei nº 7.663/10. O principal argumento é que o texto contradiz o Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), além de dispositivos e princípios constitucionais e tratados e convenções internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário. A procuradora Geisa de Assis Ribeiro assegurou às 200 pessoas presentes ao encontro que o MPF analisará o parecer e, caso concorde com ele, poderá apresentar nota técnica contrária ao PL para ser enviada ao Congresso.

Segundo Rildo Oliveira, após a audiência pública, o MNDH também propôs ao Ministério da Saúde que deixe de financiar as comunidades terapêuticas ou, se o fizer, que as submeta a controle externo com a participação de Conselhos de Psicologia, Assistência Social e Direitos Humanos.

Premiação reconhece e valoriza militância

Símbolo da luta pela reforma psiquiátrica, Austregésilo Carrano Bueno, cuja história foi retratada na obra "Bicho de Sete Cabeças", dificilmente será esquecido. Para dar continuidade à sua busca por mudanças no tratamento de pessoas em sofrimento mental e promover os direitos humanos, foi criado, em 2009, o Prêmio Carrano de Luta Antimanicomial e Direitos Humanos, entregue em evento promovido pelo coletivo Gato Seco – Nos telhados da Loucura. Patrícia Villas-Bôas Valero, uma das organizadoras, destaca sua importância por "homenagear pessoas ou coletivos que se empenham na luta em proporcionar o encontro de várias causas em direitos humanos".

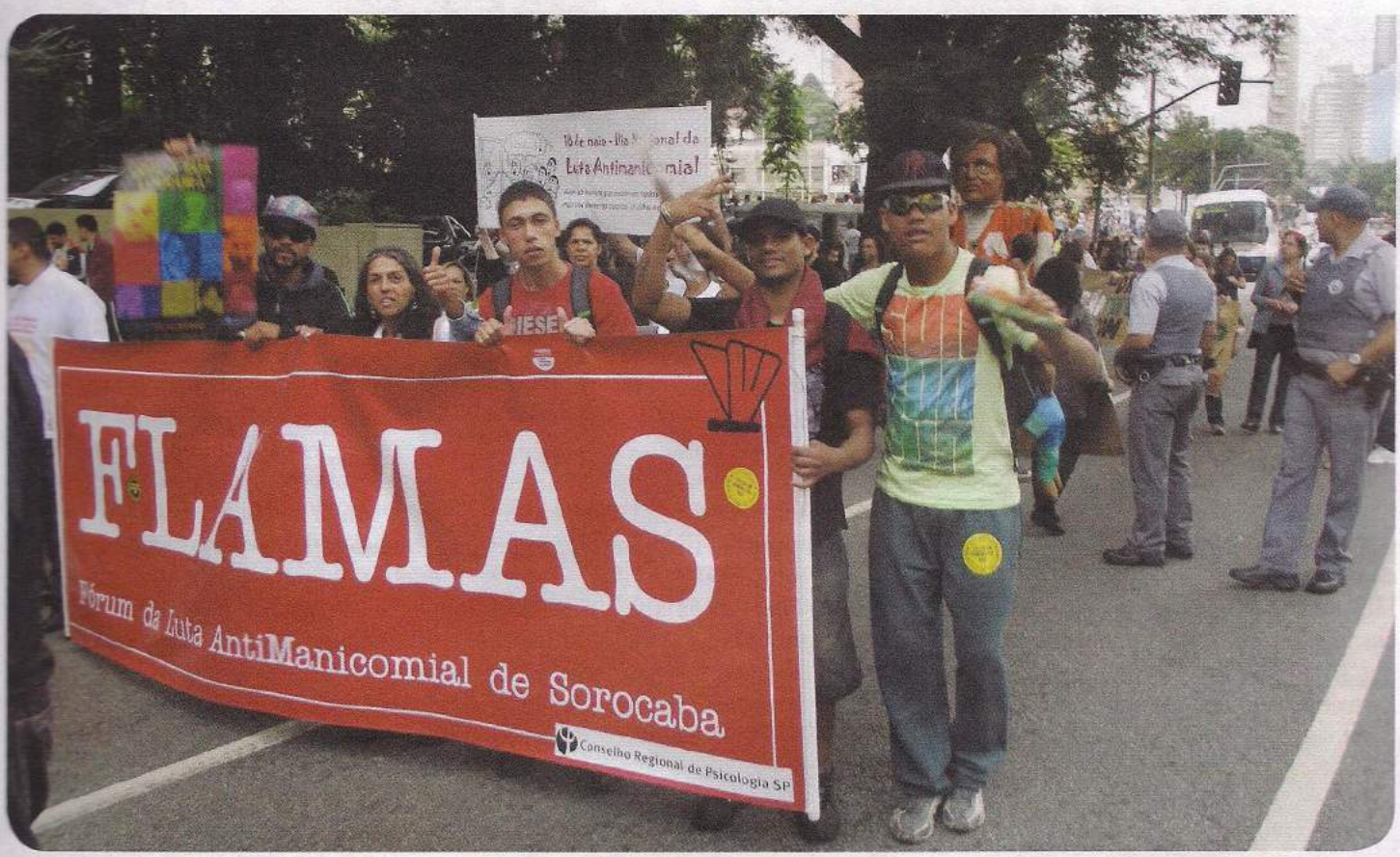
Arquivo do Mutirão Cultural na Quebrada

Patrícia Villas-Bôas Valero, Geraldo Peixoto e os MCs Clerouak e Maria Lulu

A edição de 2013 aconteceu em 15 de maio, com homenagens a Agência Popular Solano Trindade; Associação Quintal Cultural; Beto de Jesus; Cacá Pinheiro; Centro de Convivência É de Lei – Thiago Calil – Centro da cidade de SP; Comitê Contra o Genocídio da Juventude Pobre, Preta e Periférica; Daniela Skromov; Dom Pedro de Casaldáliga; Ilú Obá De Min; Maria Rita Khel; Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; Tico; e Geraldo Peixoto.

Decano do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, parceiro e grande amigo de Carrano, Peixoto declarou que o prêmio, ao reconhecer a atuação de coletivos e movimentos populares, legitima e fortalece a causa. Foi inspirado em seu filho, André Luiz, falecido em 2011 e usuário de serviços de saúde mental, que ele passou a dedicar sua vida à luta antimanicomial, na qual milita há mais de 30 anos.

Luta antimanicomial avança em Sorocaba e região



Trabalho é conduzido pelo Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (Flamas)

A subsede do Conselho Regional de Psicologia de Sorocaba, o poder público e as redes articuladas em torno das lutas pelos direitos humanos estão mobilizados para uma ampla reforma psiquiátrica antimanicomial na cidade e região – considerada o polo manicomial da América Latina. O trabalho ocorre desde 2009 e agrega profissionais, familiares e pessoas com sofrimento psíquico à luta por tratamento digno, em linha com o que prega o Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (Flamas). Aos poucos, os avanços são conquistados. Exemplo foi a assinatura, pelo Ministério Público, pelas Secretarias do Estado da Saúde e dos Direitos Humanos e prefeituras de Salto de Pirapora, Piedade e Sorocaba, em dezembro de 2012, de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para fechar hospitais psiquiátricos na região.

Adriana Caldeira, professora da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), *campus* Sorocaba, mestre em saúde publica e consultora técnica de saúde mental do Ministério da Saúde, participou da elaboração do TAC, que prevê o fim dessas instituições no máximo até 2016 (três anos, prorrogáveis por mais um). Ela afirma que o acordo proporcionará melhorias em toda a rede de atendimentos, mas que ainda há necessidade de cuidadosa estruturação para que novas Redes de Atenção Psicossocial (RAPs) possam atender aos pacientes de forma adequada e humanizada.

Cenário

Um censo divulgado em abril, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no Hospital Psiquiátrico Vera Cruz de Sorocaba após denúncias de maus-tratos, reforçou a importância da inserção dos(as) pacientes ao meio social, conforme prevê a Política Antimanicomial estabelecida pela Lei n° 10.216/2001. Segundo Adriana, os dados preliminares passarão por estudo mais aprofundado e cuidadosa elaboração. "Estamos realizando encontros semanais para que as RAPs sejam, de fato, adotadas", diz.

Sérgio Garcia, psicólogo, membro da comissão gestora da subsede do CRP de Sorocaba, salienta que a luta terá continuidade por meio da promoção de eventos culturais e acadêmicos, além de espaços para debater e acompanhar a instalação da rede substitutiva nos municípios envolvidos. "A subsede também está à disposição para dar orientação aos psicólogos que atuarão nesses novos equipamentos, e segue sempre acompanhando projetos de lei e propostas políticas na área", garante.

Defesa dos direitos dos(as) cidadãos(ãs)

Ao longo do primeiro semestre de 2013, subsedes do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), a exemplo da de São José do Rio Preto, realizaram oficinas com psicólogos(as) para a formação de multiplicadores que irão trabalhar com usuários(as) o conteúdo das Cartilhas Populares. Os documentos abordam quatro temáticas e visam esclarecer a população, com linguagem simples e direta, sobre os direitos dos cidadãos nos atendimentos psicológicos nas áreas de saúde, educação e assistência social.

A psicóloga Lourdes de Fátima Genaro, uma das responsáveis pelas oficinas realizadas no município de São José do Rio Preto e região, reforça que, ao informar os(as) cidadãos(ãs) sobre seus direitos, os(as) psicólogos(as) colaboram para formação e capacitação na busca de uma melhor qualidade de vida. "Ao dar visibilidade aos conteúdos das Cartilhas Populares, o CRP contribui para o atendimento de demandas de usuários na busca e no conhecimento de seus direitos", defende.

As cartilhas são entregues aos(às) psicólogos(as) durante as oficinas para distribuição, divulgação e trabalho com usuários(as) e, além de informarem sobre direitos, divulgam a atuação do CRP nesse sentido. O material também está disponível à população e aos(às) psicólogos(as) no site do CRP SP, no link: www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cartilhas/default.aspx

Psicologia para um trânsito mais seguro

Foto: SXC.hu

Em continuidade às iniciativas que visam promover a Psicologia do Trânsito, a subsede Vale do Paraíba realiza reuniões regionais com o objetivo de ouvir profissionais que atuam no trânsito e, assim, propor ações alinhadas às demandas sociais e do trânsito brasileiro. "O papel do psicólogo é fundamental nesse cenário, já que são as pessoas que discutem o planejamento e as soluções para todos esses pontos", defende Marcia Bruni, que atua nas questões do trânsito há mais de 20 anos.

Hoje, a atuação do(a) psicólogo(a) limita-se ao processo de avaliação psicológica aos interessados em obter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Contudo, existem outras possibilidades de contribuição da psicologia nas áreas da educação e na construção das políticas públicas para a mobilidade urbana, entre outras. Marcia reforça que talvez a única oportunidade que um(a) cidadão(ã) comum tenha de conhecer o trabalho do(a) psicólogo(a) é justamente no processo de obtenção da permissão para dirigir. Por isso, esse momento deve ser valorizado. "A legitimidade do trabalho do psicólogo do trânsito baseia-se não somente em um diagnóstico apto ou inapto para conduzir veículos automotores. A atuação é maior, e ao final da avaliação é fornecida ao candidato uma oportunidade de *feedback* e orientação que, certamente, ajudará no preparo e na conscientização desse novo condutor", diz a psicóloga.

Marcia defende ainda uma maior produção científica nas questões de trânsito, o que poderá justificar reivindicações de um espaço mais amplo de atuação no contexto da mobilidade urbana e na própria avaliação psicológica para condutores(as). Os debates continuarão e visam transformar o trânsito em um espaço mais democrático, seguro e mais humanizado. Para informações ou diálogo, contate vale@crpsp.org.br.

Foco na transformação social

CEDECA Sapopemba trabalha para garantir o processo socioeducativo de adolescentes e jovens em conflito com a lei

Comunidade de Sapopemba participa de oficina de grafite

Em uma das regiões mais pobres do município de São Paulo, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA Sapopemba contribui para modificar positivamente a realidade de jovens que convivem em cenário de alta vulnerabilidade social. Sapopemba é o segundo distrito da capital em população e em densidade demográfica: em 13,5 quilômetros quadrados agrega 296.042 habitantes, dos quais 44.835 de 11 a 18 anos de idade. Por isso, a atuação visa à promoção, pelas famílias, pela sociedade e pelo Estado, dos direitos de crianças e adolescentes, e inclui ações culturais e de cidadania e o acompanhamento de adolescentes e jovens em conflito com a lei, que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto. A alternativa é mais eficaz porque privilegia a responsabilização e a socioeducação por meio da convivência, ao contrário das medidas em meio fechado, em que o adolescente é isolado da comunidade e da sociedade. Todo o trabalho, promovido nos núcleos que compõem o Centro – Madalena, Sinhá, Pró Morar e Centro Comunitário Rua Nova –, é feito com extrema dedicação e entrega. O maior exemplo é o de Sueli Aparecida dos Santos, que atua na ONG desde antes de sua fundação legal, em 1991, e hoje gerencia o Serviço de Medidas Socioeducativas Madalena. É nele e no Sinhá que, por meio de parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS), são atendidos de forma humanizada quase 200 adolescentes em conflito com a lei que cumprem medidas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. Esses jovens são acompanhados por educadores sociais – técnicos, com formação universitária nas áreas de Psicologia, Serviço Social, Pedagogia e Ciências Sociais – que estão permanentemente em contato com a comunidade. Sueli conta que, para que o trabalho seja efetivo e obtenha os resultados esperados, isso é essencial. "Precisamos entender de que forma o adolescente está situado no território em que vive e a qual grupo pertence. Nosso trabalho não se limita a esperar que eles sejam encaminhados ao CEDECA, mas inclui ir até a comunidade para entender o contexto em que eles vivem. Para isso, precisamos que a família, os amigos e vizinhos também participem", defende.

Responsabilidade

Marcos Souza, um dos educadores sociais técnicos do Núcleo Sinhá, compartilha dos ideais de Sueli. Ele explica que o trabalho começa com o desenvolvimento de um plano individual de atendimento, elaborado em conjunto com o(a) adolescente e sua família, que visa tanto ao cumprimento de sua medida socioeducativa quanto à reinserção na sociedade. Frisa, contudo, que durante o acompanhamento o adolescente é levado a refletir sobre sua responsabilidade em relação ao ato infracional cometido, seja ele qual for. "Ele tem de ser responsabilizado, mas de maneira coerente. Precisa entender o que causou de prejuízo ao

outro, na comunidade, para sua família e para si. E é essa reflexão que propomos, tanto no individual quanto no coletivo", diz.

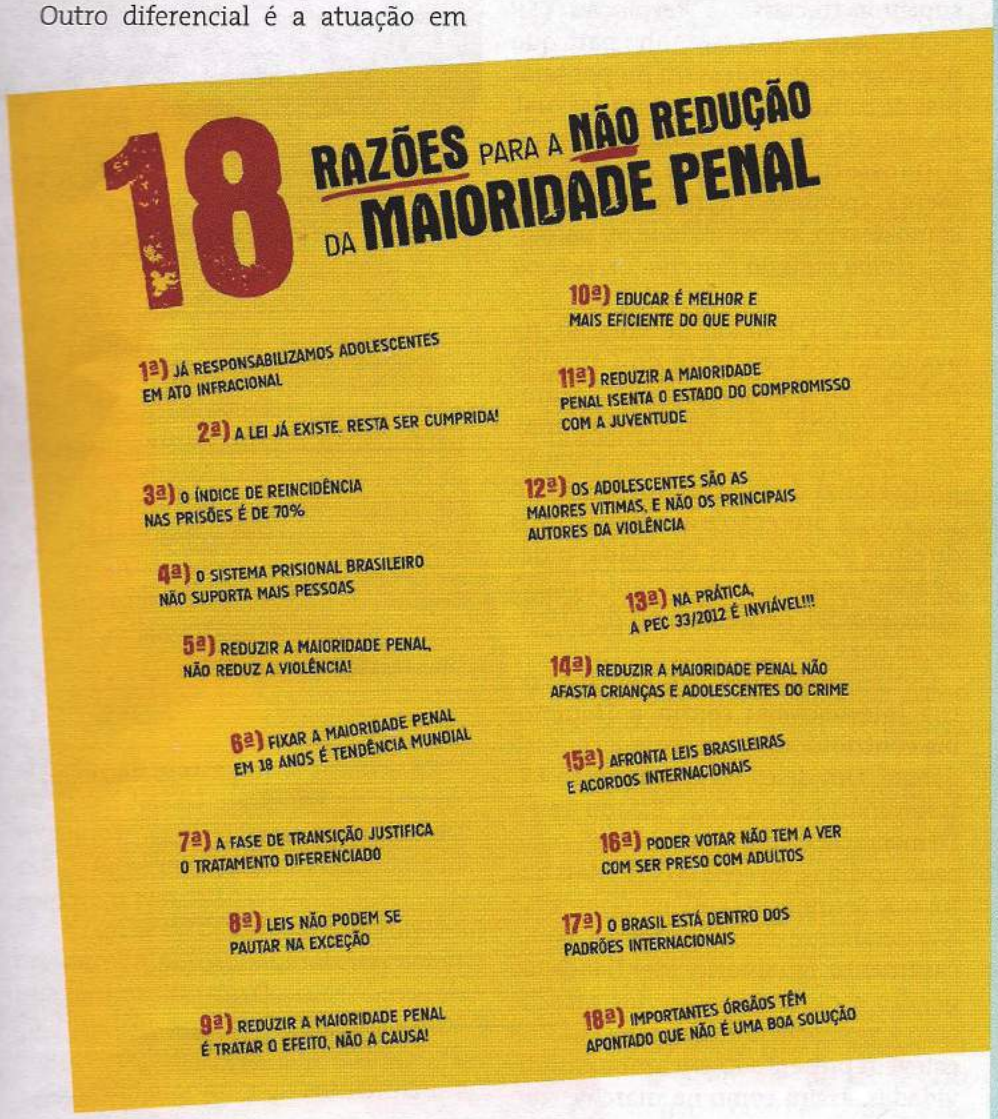
O trabalho envolve visitas domiciliares e encaminhamentos para reinserção escolar, providências de documentação, oficinas culturais, cursos profissionalizantes, acompanhamento em atividades externas, programa de transferência de renda, proteção à saúde, entre outros. Há ainda a formação de Grupos de Apoio aos Adolescentes e Grupo de Apoio e Orientação Familiar. E conversa, muita conversa. "Toda a questão de responsabilização é amplamente discutida. Procuramos olhar no olho, conversar de verdade, entender como é a realidade desses jovens e das suas famílias. Nossos educadores sociais técnicos precisam de sensibilidade para ver quem pode nos auxiliar, quem é a referência desses jovens", reforça Sueli.

Outro diferencial é a atuação em rede, realizada por meio da articulação com outros órgãos da comunidade e da região, como escolas, postos de saúde e de assistência à saúde mental, além do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e do Sesi e Senai.

Cultura

Nos núcleos Pró Morar e Centro Comunitário Rua Nova acontecem ações socioeducativas abertas à comunidade. São promovidos momentos de resgate da identidade e construídas relações criativas por meio de intervenções e oficinas culturais e esportivas que visam à formação política e de sujeitos que reconhecem, exercem e praticam seus direitos.

Danielle Bargas atua no Pró Morar, que tem entre seus objetivos ser parceiro da comunidade. Por isso, são firmados elos de confiança. "Buscamos oferecer possibilidades de construção de modelos e projetos de vida para crianças e jovens que nasceram sob o prisma da violência. Assim, atuamos com as famílias e, além das oficinas e dos eventos, oferecemos apoios pontuais em casos que vão desde violência doméstica até para a confecção de um currículo. Buscamos sensibilizar os adolescentes, as famílias e a comunidade para que reivindiquem seus direitos", diz.



Contra a redução da maioridade penal

A metodologia desenvolvida no CEDECA Sapopemba tem mostrado resultados palpáveis. Em 2001, por exemplo, por ter alcançado índice de 83% de jovens que passaram todo o período de liberdade assistida sem cometer nenhum tipo de delito, a ONG foi premiada pelo Unicef e Instituto Latino-Americano para Prevenção ao Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud) como a instituição que melhor desenvolvia trabalhos em meio aberto. Hoje, a taxa de reincidência dos jovens atendidos no Núcleo Sinhá permanece em um patamar inferior a 20%. A ONG também contabiliza um reconhecimento do premio Itaú Cultural, recebido em 2003.

E, como uma das entidades defensoras dos direitos da criança e do adolescente, o CEDECA Sapopemba é um dos apoiadores do Movimento 18 Razões (www.facebook.com/18razoes), que apresenta 18 motivos contra a diminuição da maioridade penal, além de defender que somente ações realizadas com a sociedade civil organizada e o governo nas instâncias psíquicas, sociais, políticas e econômicas são capazes de diminuir a violência.

O CRP SP possui posicionamento claro contra a redução da maioridade penal e apoia várias iniciativas nesse sentido, entre elas o 18 Razões.

Homofobia não!

SEMANA do Dia Internacional Contra a Homofobia foi marcada por compromisso com Estado laico e respeito à democracia e aos direitos humanos

Criminalização da homofobia, educação com respeito à diversidade e Estado laico. Esses foram os principais apelos das atividades que marcaram a semana do Dia Internacional Contra a Homofobia, 17 de maio. Ao convocar para as manifestações suas 286 organizações afiliadas, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (ABGLT) chamou a atenção para a ampliação das mobilizações em todo o País "contra o avanço de um projeto político de poder pautado no ódio, na violência e na intolerância contra a diversidade do povo brasileiro".

Nesse sentido, a principal atividade da semana de 11 a 17 de maio foi a IV Marcha Nacional Contra a Homofobia, realizada na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF). Sob o tema "Estado Laico, Democracia e Direitos Humanos", ela reuniu mais de 3 mil pessoas."O fundamentalismo religioso não nos derrotou; ele nos unificou", já havia declarado o presidente da ABGLT, Carlos Magno. A afirmação, feita na convocação da marcha, faz alusão às ameaças aos direitos humanos por parte de grupos religiosos, personificadas no então Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 234/11 (o chamado projeto da "cura gay"), que propunha suprimir trechos da Resolução CFP 1/99 e, assim, abrir caminho para que psicólogos(as) pudessem propor terapias de conversão da orientação sexual, ou seja, da homossexualidade para a heterossexualidade, o que, implicitamente, apontava a homossexualidade como desvio, anormalidade ou patologia. *(Saiba mais na matéria "Crença na laicidade").*

O texto, já retirado de votação, na avaliação do presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Humberto Verona, era inconstitucional. Em nota, ele afirmou que "a atuação profissional deve estar vinculada ao respeito, à proteção e à expansão dos direitos de todos os cidadãos, independentemente de sua identificação étnico-racial, de gênero ou de orientação sexual."

Outras atividades da Semana do Dia Internacional contra a Homofobia contribuíram para enriquecer esse debate. Um deles foi o Congresso Extraordinário da ABGLT "Estado Laico, Democracia e Políticas Públicas", realizado no dia 13, na sede do CFP. Mais um foi o X Seminário LGBT no Congresso Nacional, que abordou temas como casamento igualitário, identidade de gênero e criminalização dos atos de ódio e violência homofóbica. O CRP SP esteve representado em ambas as atividades, assim como na marcha, com a campanha "Não há cura para quem não está doente", protestando contra a aprovação do PDL 234/11, informando sobre a Resolução 1/99 e divulgando a petição *online* para que os deputados não revoguem o texto e, assim, permitam as chamadas "terapias de reversão sexual".

Debates

De acordo com a gestora da subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte do CRP SP, Lívia Gonsalves Toledo, que participou das manifestações, uma das discussões foi a respeito de segmentos religiosos fundamentalistas representados por deputados que não atuam de acordo com a Constituição, mas sim com a chamada "teologia do domínio". Ela explica que, segundo preceitos e fundamentos de uma religião especí-

Resolução 1/99 não impede atendimento a homossexuais

Em virtude de interpretações equivocadas da Resolução CFP 1/99 – que estabelece normas de atuação para psicólogos(as) em relação à questão da orientação sexual –, o CFP divulgou nota em que esclarece: a norma não proíbe profissionais de atenderem pessoas que queiram reduzir o sofrimento psíquico causado por sua orientação sexual nem tampouco pretende proibir as pessoas de buscarem o atendimento psicológico.

De acordo com a regulamentação, os(as) psicólogos(as) atuarão segundo os princípios éticos da profissão, especialmente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade.

Por outro lado, estão sim proibidos os(as) psicólogos(as) de exercerem qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, e adotarem ação coercitiva que tende a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

fica, eles classificam o que consideram ser do "bem" e do "mal", ou seja, o que deve receber proteção do Estado e ter direitos garantidos, como a "família tradicional nuclear heteronormativa" e o que deve ser criminalizado, tratado/curado, corrigido ou ignorado, como a prostituição e a homossexualidade.

Outro tema de destaque foi o "obscurantismo parlamentar" em relação a manifestantes e militantes do movimento LGBT, que são atacados em campanhas difamatórias veiculadas pela mídia. Nesse sentido, há um esforço de sensibilização e diálogo entre diferentes movimentos sociais e populares que buscam o acesso pleno aos direitos civis e humanos, como os movimentos LGBT, feminista, negro e estudantil.

A deputada federal Jandira Feghali assumiu no encontro a tarefa de tornar permanente na Comissão de Cultura a pauta da busca pela definitiva implantação do Estado laico e da liberdade de crença. O que se pode concluir é que o livre exercício da profissão ou a liberdade de expressão não pode ser confundido com permissão para discriminar ou aval para preconceitos e fomento à violência e exclusão. Isso porque a luta contra a homofobia não é apenas pelo fim da discriminação e violência contra os LGBT, mas pela liberdade de ser quem se é.

Bandeira mundial

O 17 de maio foi escolhido para celebrar, em todo o mundo, o Dia Internacional Contra a Homofobia por ter sido a data, em 1990 (portanto, há mais de 20 anos), em que homossexualidade foi excluída da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS). A declaração oficial, no entanto, só foi feita em 1992. Em vários países, o dia é comemorado com manifestações, debates, passeatas, beijaços e outras formas de marcar a luta pela erradicação da intolerância contra os(as) homossexuais.

CRP qualifica suas representações

PARTICIPAÇÕES contribuem para a formulação de políticas públicas e defesa dos interesses da categoria

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) e suas subsedes mantêm representantes nos mais importantes órgãos de controle social para contribuir com o debate e a deliberação de temas que traduzam não somente os interesses da categoria, mas de toda a sociedade brasileira. Assim, aperfeiçoa a inserção social da psicologia por meio da participação qualificada de seus profissionais, especialmente na construção de políticas públicas.

Segundo o conselheiro Cássio Rogério Figueiredo, a intenção é inserir ao máximo os(as) psicólogos(as) em órgãos de controle social para proporcionar interlocuções com as políticas e os posicionamentos defendidos pelo CRP SP. Por isso, em abril deste ano, o Conselho organizou seminário para dialogar sobre as formas de aprimorar as participações. "Detectamos, por exemplo, a necessidade de instituir uma rotina que proporcione devolutivas dos principais temas discutidos em cada órgão de controle social. Dessa forma, poderemos nos posicionar e pautar discussões em favor da nossa categoria e da população", afirma Figueiredo.

A criação de um instrumento que permita essa troca de informações rotineira foi uma das resoluções do seminário. "Além disso, vamos divulgar conhecimentos para qualificar nossas representações, com a elaboração de documentos de referência de diferentes políticas públicas que, permanentemente revisados, servirão como fonte de consulta e atualização. Todos têm de ficar antenados", defende o conselheiro.

Foto: SXC.hu

Propostas

Outras indicações resultantes do seminário, de acordo com o colaborador Jean Santos, foram de organização regional para o acompanhamento das representações, em articulação com o Projeto Integrador Proposições para Políticas Públicas do CRP SP, e de elaboração de relatório compilado dos últimos seminários que trataram do assunto. "Para o CRP SP, o mais importante é ampliar a comunicação com os representantes dos órgãos de controle social para aprimorar nossa participação e nosso diálogo com a sociedade na busca por um país mais igualitário, justo e democrático", afirma Santos, que representa o CRP SP no Conselho Municipal de Saúde.

A conselheira Teresa Cristina Lara, uma das organizadoras do seminário, partilha do mesmo ideal. Para ela, a participação do CRP SP nas grandes decisões é de suma importância, não apenas para os(as) psicólogos(as), mas para toda a população.

"Quando divulgamos nossas deliberações de forma muito bem fundamentada, contribuímos para a formação de opinião da sociedade", acredita. Segundo levantamento realizado no seminário, o CRP SP possui hoje mais de 40 representantes em órgãos de controle social.

Penalidades éticas

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP/SP nº 28/07, faz divulgar a penalidade de **CENSURA PÚBLICA** à psicóloga

• Colocado seus serviços a favor de/em conivência com práticas irregulares, vinculadas a informações enganosas sobre vagas de trabalho, promovendo ações (avaliação psicológica) ou mesmo não tecendo considerações críticas às concepções e às normas pautadas que desconsideram a dignidade da pessoa humana.

• Colocado a avaliação psicológica como condição para recolocação profissional dos candidatos e/ou não ter esclarecido aos(às) usuários(as) o objetivo de tal avaliação.

• Atuado profissionalmente em condições que afetam a qualidade técnica de seu trabalho, reconhecido em sua própria defesa como irregularidades, que sempre foram de seu conhecimento e constatadas na fiscalização.

Pelo exposto, caracteriza-se infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo: Princípios Fundamentais: I, III, VI e VII, Artigos 1° "c", 1° "f", 1° "i", 2° "h", 3° § único.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP/SP nº 32/09, faz divulgar a penalidade de **CENSURA PÚBLICA** à psicóloga

• Descumprir o exposto na legislação atinente à função de psicóloga do trânsito, permitindo que outra pessoa não habilitada aplicasse testes psicológicos para avaliação de candidato à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

• Emitir laudos psicológicos baseados em testes que não foram aplicados por ela, comprometendo a confiabilidade dos instrumentos psicológicos utilizados.

• Permitir que sua funcionária, profissional não habilitada para esse fim, aplicasse testes psicológicos que eram de sua guarda e responsabilidade.

Pelo exposto, caracteriza-se infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo: Artigos 1° "c", 2° "h", 18.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP/SP nº 36/09, faz divulgar a penalidade de **CENSURA PÚBLICA** à psicóloga

• Por ter produzido documento sem os fundamentos mínimos preconizados, procedimentos utilizados, meios utilizados para alegar as conclusões que descreve, teoria e referencial que embasa tais conclusões.

• Pelo laudo da Polícia Técnico-Científica ter refletido que ela não avalia a situação com o rigor necessário, tomando como verdade a fala da interlocutora e propondo soluções precipitadamente. Responde à demanda fora do lugar de psicóloga, sob o qual foi consultada, não faz uma escuta psicológica, não foca sua atenção no bem-estar da criança em questão e das relações envolvidas e propõe utilizar seus conhecimentos como psicóloga para subsidiar o pedido da interlocutora, além de utilizar seus conhecimentos do funcionamento do sistema judiciário para montar uma estratégia de defesa de interesses, furtando-se do verdadeiro papel do profissional psicólogo.

• Por ter proposto forma de pagamento do seu trabalho envolvendo fraude na emissão de guia de autorização de atendimento do convênio.

Pelo exposto, caracteriza-se infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): Princípio Fundamental I, Artigos 1° "c", 1° "f", 2° "m" e 17.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP/SP nº 47/10, faz divulgar a penalidade de **CENSURA PÚBLICA** à psicóloga

• Participar de esquema de fraude para a obtenção de Carteira Nacional de Habilitação (CNH), colocando em dúvida o exercício da psicologia.

• Exceder o número de atendimentos a candidatos(as) à CNH, estipulados por dia, infringindo o Art. 85 da Resolução CFP 003/2007.

• Não ter efetuado a guarda de material de candidato à CNH, que se encontrava sobre sua responsabilidade, nem apresentado prova da apreensão do mesmo pelo DETRAN.

• Dizer que atendeu/registrou pessoa que não atendeu/registrou, prestar declaração falsa de que a Corregedoria do DETRAN apreendeu material de candidatos à CNH, sendo que não existia processo de habilitação dos mesmos e emitir documento sem fidedignidade.

• Manter relação comercial com agenciador na captação de candidatos a avaliação psicológica para CNH, pagando 20% do valor aferido em cada negociação com o candidato.

• Não ter agido dentro das condições apropriadas à sua função, de maneira a desempenhar conduta ética e responsável frente a sua prática profissional, diante dos fatos e acusações graves a ela imputados, considerando que em sua função avalia candidatos a habilitação para CNH.

Pelo exposto, caracteriza-se infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo: Princípio Fundamental VI, Artigos 1° "c", 1° "i", 2° "a", 2° "g", 2° "h" e 2° "p".

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP/SP nº 25/09, faz divulgar a penalidade de **CENSURA PÚBLICA** ao psicólogo

• Por ter sido conivente com atos de maus-tratos, com ações de violência verbal e física, além de episódios de tortura e ausência de atendimento de saúde adequado aos internos.

• Por não ter levado em consideração que o(a) profissional, ao prestar serviços em uma instituição, deve estar atento às políticas e às normas desta, se recusando a prestar serviços caso haja incompatibilidade entre as práticas da instituição e os princípios do Código de Ética Profissional, e até mesmo formulando denúncia a órgão competente.

• Por ter se omitido de analisar as condições de vida dos(as) pacientes da clínica onde trabalhava e as motivações sociais, econômicas, políticas e culturais que mantinham aquelas pessoas em situação irregular, incompatível e desrespeitosa para com a pessoa humana.

Pelo exposto, caracteriza-se infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo: Princípios Fundamentais I, II, III, VII, Artigos 2° "a" e 3° Parágrafo Único.

(*) Resolução CFP Nº 002/1987 • Código de Ética vigente até 26/08/2005.

Atuação na unidade básica de saúde

O usuário da Unidade Básica de Saúde relata que a psicóloga o atendeu e fez registros em prontuário, do qual se recusou a lhe entregar cópia. Foi-lhe fornecido atestado de licença por 15 dias, sem identificação do profissional e a partir do dia subsequente ao atendimento, sendo que não foi aceito pela perícia médica por ter sido emitido por psicólogo. Queixa-se de não ter recebido um tratamento, mas apenas "cuidados paliativos".

A psicóloga argumenta que não lhe foi solicitada cópia do prontuário. Embora não esteja visível na cópia, o documento foi carimbado com sua identificação. Quanto ao afastamento, entende que deveria ser a partir do dia seguinte, mas o usuário poderia ter assinalado seu pedido no momento da elaboração do documento. Entende não ser de sua responsabilidade o fato de o atestado de afastamento não ser aceito.

A Plenária do CRP SP pontua que constitui direito do usuário acesso ao prontuário, conforme Resolução CFP 01/09, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos. Considera esclarecida a identificação no atestado, ressaltando que todos os outros documentos elaborados pela psicóloga constantes nos autos apresentam carimbo com o número de sua inscrição no CRP. Foram esclarecidas as dúvidas sobre a data do atestado, que a profissional fez o que estava ao seu alcance e que não pode se responsabilizar por não ter sido aceito. Conclui pelo arquivamento da representação.

A concessão de atestado psicológico para tratamento de saúde por problemas psicológicos é regulamentada pela Resolução CFP 15/96. Considera que o psicólogo é um profissional que atua na área da saúde, que elabora diagnóstico psicológico de condições mentais que incapacitem o(a) paciente para o trabalho e/ou estudos ou que ofereçam riscos para o(a) paciente e a sociedade, que para o restabelecimento do equilíbrio mental é muitas vezes necessário o afastamento das atividades, que tal medida visa promover a saúde mental e garantir as condições de trabalho necessárias ao bem-estar. Descreve como atribuição do(a) psicólogo(a) a emissão de atestado psicológico, circunscrito às suas atribuições e com fundamento no diagnóstico psicológico produzido, com uso facultativo do CID ou outros códigos de diagnóstico. A emissão está limitada a 15 dias de afastamento, com encaminhamento da empresa à Previdência Social em caso de período superior. O(A) psicólogo(a) deve manter arquivos da documentação técnica que fundamente o documento. O atestado é fornecido ao(à) paciente, que o apresenta a quem de direito. A estrutura do atestado deve seguir a Resolução CFP 07/03.

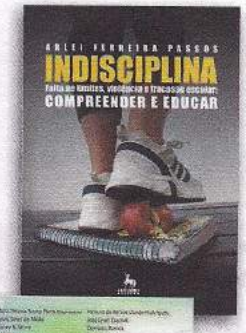
O Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP 06/07, disponível no site: www.crpsp.org.br – item "legislação".

ERRATA

Segue quadro da matéria "Procedimentos Éticos: 50 anos de cuidado", da 173 da PSI que, erroneamente, não foi veiculado.

Princípios Fundamentais dos Quatro Códigos de Ética dos Psicólogos (1975, 1979, 1987 e 2005)

1975	1979	1987	2005
Somente pode intitular-se psicólogo(a), e nesta qualidade exercer a profissão no Brasil, a pessoa legalmente credenciada nos termos da Lei 4119 de agosto de 1962, da Lei 5766 de 20 de dezembro de 1971 e de legislação posterior.	Somente pode intitular-se psicólogo(a), e nesta qualidade exercer a profissão no Brasil, a pessoa legalmente credenciada nos termos da Lei 4119 de agosto de 1962, da Lei 5766 de 20 de dezembro de 1971 e de legislação posterior.		
O(A) psicólogo(a) baseia seu trabalho no respeito à dignidade do indivíduo como pessoa humana.	O(A) psicólogo(a) baseia seu trabalho no respeito à dignidade do indivíduo como pessoa.	O(A) psicólogo(a) baseará seu trabalho no respeito à dignidade e à integridade do ser humano.	I. O(A) psicólogo(a) baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
O(A) psicólogo(a), em seu trabalho, procurará sempre promover o bem-estar da humanidade e de toda pessoa humana com quem entre em relação como profissional.	O(A) psicólogo(a), em seu trabalho, procurará sempre promover o bem-estar da pessoa e da humanidade.	O(A) psicólogo(a) trabalhará visando promover o bem-estar do indivíduo e da comunidade, bem como a descoberta de métodos e práticas que possibilitem a consecução desse objetivo.	II. O(A) psicólogo(a) trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
O(A) psicólogo(a), em seu trabalho, procurará sempre desenvolver o sentido de sua responsabilidade profissional, pelo aprimoramento de suas vivências morais, de seus conhecimentos éticos e pela melhoria constante de sua competência científica e técnica.	O(A) psicólogo(a), em seu trabalho individual ou em equipe, procurará sempre desenvolver o sentido de sua responsabilidade profissional, pelo aperfeiçoamento de suas vivências morais, de seus conhecimentos e procedimentos éticos e pela melhoria constante de sua competência científica e técnica.	O(A) psicólogo(a), em seu trabalho, procurará sempre desenvolver o sentido de sua responsabilidade profissional através de um constante desenvolvimento pessoal, científico, técnico e ético.	III. O(A) psicólogo(a) atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.
		A atuação profissional do(a) psicólogo(a) compreenderá uma análise crítica da realidade política e social.	IV. O(A) psicólogo(a) atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.
		O(A) psicólogo(a) estará a par dos estudos e pesquisas mais atuais de sua área, contribuirá pessoalmente para o progresso da ciência psicológica, e será um estudioso das ciências afins.	
		O(A) psicólogo(a) colaborará na criação de condições que visem a eliminar a opressão e a marginalização do ser humano.	
O(A) psicólogo(a), no exercício de sua profissão, completará a definição de suas responsabilidades, direitos e deveres nas disposições da legislação especial ou geral em vigor no País e nas da tradição ética de profissões congêneres.	O(A) psicólogo(a), no exercício de sua profissão, completará a definição de suas responsabilidades, direitos e deveres nas disposições da legislação especial ou geral em vigor no País e nas da tradição ética de profissões congêneres.	O(A) psicólogo(a), no exercício de sua profissão, completará a definição de suas responsabilidades, direitos e deveres, de acordo com os princípios estabelecidos na Declaração dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas.	
			V. O(A) psicólogo(a) contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.
			VI. O(A) psicólogo(a) zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a psicologia esteja sendo aviltada.
			VII. O(A) psicólogo(a) considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código.

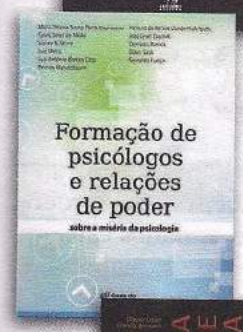


Indisciplina – Falta de Limites, violência e fracasso escolar: compreender e educar

Arlei Ferreira Passos, São Paulo, Centauro Editora, 2012, 128 ps.

O atual cenário brasileiro do sistema escolar aponta um quadro de precarização, em que se visualiza a deterioração das condições de trabalho de professores(as). Tomando a escola como palco dos atravessamentos do mundo do trabalho e lançando um olhar cuidadoso sobre a desvalorização do magistério, evidencia-se a manifestação de formas de sofrimento nocivas à saúde, como estresse, rouquidão, irritabilidade e o tédio, fruto da exclusão dos(as) profissionais da organização das regras de seu ofício e da perda do sentido das práticas. Parece-nos haver uma teia de enigmas demandando ser desvendada. A publicação pretende promover uma reflexão sobre como entender o paradoxo da dor e da delícia de ser e se tornar professor(a).

PREÇO: R$ 29,00 | TELEFONE: (11) 3976-2399 | INTERNET: http://www.centauroeditora.com.br

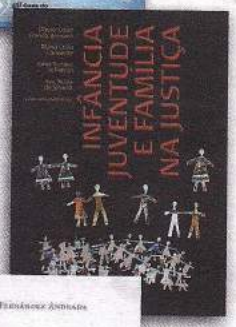


Formação de psicólogos e relações de poder – sobre a miséria da Psicologia

Maria Helena Souza Patto (org.), São Paulo, Casa do Psicólogo, 2012, 222 ps.

Os textos reunidos na publicação trazem uma contribuição imprescindível à reflexão sobre um estado de questões profissionais que não quer e não se pode calar. São relatos de pesquisas e ensaios que analisam a avaliação psicológica nas Varas de Família; os preconceitos étnicos e de classe envoltos no manto das supostas objetividades e neutralidades da Ciência; as concepções ideológicas de infância; a naturalização e a universalização da família nuclear como padrão de normalidade; o neo-organicismo atual, que procura no DNA os determinantes do comportamento; a surdez sociopolítica dos(as) psicólogo(as); sua formação em tempos de cinismo; as relações entre a Psicologia e o Direito, para além da mera e perigosa produção de laudos; o lugar imprescindível da Filosofia nos cursos de Psicologia, sem a qual se formam técnicos prontos a somar com a barbárie.

PREÇO: R$ 46,00 | TELEFONE: (11) 3034 3600 | INTERNET: www.casadopsicologo.net



Infância, Juventude e Família na Justiça

Dayse Cesar Franco Bernardi (org.), São Paulo, Editora Papel Social, 2013, 264 ps.

Este livro, que trata de diferentes aspectos dos desafios postos aos(às) assistentes sociais e psicólogo(as), atuantes nas equipes técnicas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, é uma expressão significativa da admirável dinâmica de produção de conhecimentos encetada pelos(as) profissionais do judiciário paulista, nesta área que, até bem pouco tempo, ressentia-se da ausência de estudos mais aprofundados.

PREÇO: R$ 38,00 | TELEFONE: (11) 3873 7111 | INTERNET: www.livrariacortez.com.br

Encontro da Política com o trabalho: um estudo psicossocial sobre autogestão a partir da experiência da Univens

Cris Fernandez Andrada, São Paulo, Casa do Psicólogo(a), 2013, 284 ps.

Se a Economia Solidária surgiu como reação ao desemprego, uma vez apropriada pelos(as) trabalhadores(as), pode orientar novas maneiras de viver o trabalho e a partir dali, ultrapassar os portões das fábricas e oficinas. Hoje são muitas as histórias das labutas de trabalhadores como Julieta e Terezinha, que sobretudo trabalham pela sobrevivência, mas que por vezes rompem esse horizonte e começam a redesenhar o tecido social em que se encontram, promovendo verdadeiras revoluções locais.

Este livro é resultado de uma pesquisa de mestrado em Psicologia Social guiada pelo interesse em compreender justamente como se dá a experiência de erigir e viver o trabalho de modo participativo e democrático e como ela repercute na vida de seus sujeitos, os(as) trabalhadores(as) , tanto na esfera do trabalho propriamente dito, como no âmbito de suas relações familiares, comunitárias e citadinas.

PREÇO: R$ 57,00 | TELEFONE: (11) 3034 3600 | INTERNET: www.casadopsicologo.net

Religião, modernidade e pós-modernidade

Angela Maria Lucas Quintiliano, José J. de Queiroz e Maria L. Guedes (orgs.),São Paulo, Ideias e Letras, 2012, 224 ps.

Fruto de um simpósio sobre filosofia da religião e ciências da religião, o livro aborda maneiras de pensar cientificamente a religião em suas interfaces. Elaborada por um grupo de especialistas em filosofia da religião de Portugal, e em ciências da religião do Brasil, a obra conta com a participação de docentes, discentes e cultores do tema e compreende reflexões no contexto da modernidade e da pós-modernidade, focalizando questões epistemológicas e hermenêuticas no campo religioso, que se expressam em discursos e linguagens.

PREÇO: R$ 31,50 | TELEFONE: 0800 777 6004 | INTERNET: www.ideiaseletras.com.br

Uma clínica para o CAPS: clínica da psicose no dispositivo da Reforma Psiquiátrica a partir da direção da psicanálise

Valdene Rodrigues Amancio, Curitiba, Editora CRV, 2012, 202 ps.

O livro discorre sobre a teoria e clínica psicanalítica da psicose abordando a teoria freudiana e a interpretação lacaniana através dos três registros – real, simbólico e imaginário. A questão central -Uma clínica para o CAPS - foi trabalhada levantando-se pontos relacionados ao que se chamou de herança do modelo manicomial presente na atenção psicossocial e que dificultam a construção de uma clínica. Os CAPS, em sua maioria, são cidadãos e exibem efeitos aos quais não se pode recusar a dimensão de terapêuticos, mas isso não basta para dizermos que existe uma clínica nos CAPS. A partir do estudo de algumas práticas institucionais realizadas a partir da psicanálise, práticas que podem contribuir para a construção de uma clínica nos CAPS, tais como a psicoterapia institucional de Jean Oury, a prática entre vários surgida na Europa com adeptos também no Brasil e a psicanálise com muitos, clínica gerada e operante em alguns CAPSis do Rio de Janeiro, elegeu-se a psicanálise com muitos como melhor dispositivo para a clínica nos CAPS.

PREÇO: R$ 35,88 | TELEFONE: (41) 3039-6418 | INTERNET: http://www.editoracrv.com.br

Trabalho e Solidariedade

Odair Furtado, São Paulo, Editora Cortêz, 2011, 128ps.

O livro é uma leitura histórica do binômio trabalho e solidariedade. Expressa o compromisso social da Psicologia discutindo as condições de trabalho, tanto no sentido do trabalho abstrato (a forma como o fenômeno se apresenta no cotidiano), como do trabalho concreto (a forma como nos engendra como seres humanos), e buscando a possibilidade de superação por meio da solidariedade. Apresenta o conceito de dimensão subjetiva da realidade como campo e recurso para a Psicologia contribuir nesta empreitada social.

PREÇO: R$ 24,30 | TELEFONE 3611-9616 | INTERNET: http://www.cortezeditora.com.br

A importância do Cadastro Nacional para o processo eleitoral 2013

Psicólogos(as) de todo o Brasil devem fazer a atualização de seus dados. O Sistema de Cadastro Nacional de Psicólogos é o novo serviço *online* que está sendo oferecido à categoria em todo o Brasil.

A atualização dos dados cadastrais é fundamental para que os(as) psicólogo(as) recebam corretamente e com segurança as instruções para participar do processo eleitoral em 2013. Neste ano, além da votação nos postos, o voto será feito também pela internet em 26 e 27 de agosto, com o recebimento prévio de uma senha que irá permitir que o(a) profissional acesse o sistema e escolha a chapa que irá votar em âmbito regional, para o CRP SP, e também nacionalmente, no CFP. Por isso, é imprescindível que os dados estejam atualizados, o que pode realizado de casa ou do trabalho. É rápido: leva menos de dois minutos.

Se houver dúvidas ou problemas, o(a) psicólogo(a) pode entrar em contato com o CRP SP por meio do endereço eletrônico cadastronacional@crpsp.org.br ou pelo telefone: 11 3063 3959. Os dados devem ser atualizados no site http://cadastro.crpsp.org.br

CRP SP contribui com a Comissão Estadual da Verdade Rubem Paiva

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo promove mapeamento para a preservação da memória

Com o objetivo de colaborar com os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) entregou, durante audiência pública realizada em 21 de junho, um dossiê que conta com 27 relatos de profissionais da psicologia que, de alguma maneira, foram atingidos(as) pelas violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Os testemunhos integram o projeto Psicologia e Direito à Memória e à Verdade, que começou a ser desenvolvido pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP) em setembro de 2012. A coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CRP SP, Maria Orlene Daré, afirmou que a intenção é contribuir com o momento político atual e com as Comissões Nacional e Estadual da Verdade, buscando dados e informações que possam ajudar a esclarecer todas as violações ocorridas na ditadura.

O projeto Psicologia e Direito à Memória e à Verdade está sendo desenvolvido em todo o País e os relatos serão reunidos em uma publicação com previsão de lançamento para setembro de 2013. Já a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva segue com seus trabalhos. Os relatos são transmitidos pelo site e também publicados em seu canal no YouTube. Mais informações: http://www.al.sp.gov.br/comunidade/comissao-da-verdade-do-estado-de-sao-paulo-rubens-paiva

Mobilização contra o abuso e a exploração sexual infantil

Para celebrar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (lembrado em 18 de maio) e chamar a atenção da sociedade para o problema, o CRP SP participou da organização e da articulação de uma atividade no Parque da Juventude, em São Paulo.

Realizado em 17 de maio, o evento foi produzido em conjunto pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS); pela Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes (na qual a psicóloga Lúcia Toledo é a representante do CRP SP); e pelo Grupo de Rearticulação do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes. "Organizar a atividade dessa maneira coletiva foi muito importante. Significa um avanço e um fortalecimento dessa articulação, que tem como objetivo combater a exploração que atinge nossas crianças e nossos adolescentes no Brasil", afirmou Lúcia Toledo.

Mais de 600 pessoas, sendo 500 crianças e adolescentes usuários(as) da rede socioassistencial participaram de apresentações culturais, atividades esportivas e jogos solidários. Além da capital paulista, o evento também aconteceu em outras 11 cidades que serão sede da Copa do Mundo em 2014.

Evento em 17 de maio no Parque da Juventude

Segundo dados da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, em 2012 foram 31.638 denúncias no Estado de São Paulo, e 30.122 em 2011. A violência com as meninas é maior do que com os meninos: em 2011 representava 54,54% das denúncias recebidas e, em 2012, ficou em 50,48%. Já as crianças mais agredidas – de acordo com as denúncias recebidas em 2012 – estão na faixa etária dos 12 aos 14 anos, com 21,81%.

Confira a programação do CRP SP no interior e litoral

O site do CRP SP possui a seção Agende-se, em que é possível conferir a programação de eventos organizados pelas nove subsedes localizadas no interior e no litoral do Estado. A seção se encontra nos *banners* rotativos na página principal do site.

Confira: www.crpsp.org.br

SUAS é defendido por Frente Parlamentar em São Paulo

O CRP SP, em conjunto com outras organizações, integra a Frente Parlamentar Estadual em Defesa do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), em São Paulo.

Coordenada pela deputada Telma de Souza, a Frente Parlamentar vem discutindo amplamente, por meio de reuniões e audiências públicas, a temática do SUAS em todo o Estado, com o objetivo de contribuir para a organização dos agentes públicos e criar uma nova política de assistência social em São Paulo. O CRP SP está sendo representado pelo conselheiro Joari Carvalho.

ELEIÇÕES PARA GESTÃO 2013/2016 DO CFP E DAS REGIONAIS

Neste ano, a votação será realizada em dois modelos: pela internet e pelo correio

Já iniciou o processo eleitoral que elegerá as novas gestões dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia para o triênio 2013/2016. A novidade é que haverá dois modelos de votação. A inovação, prevista no artigo 32, § 3º do Regimento Eleitoral 015/12, diz respeito ao sistema misto, que ocorrerá por internet ou correspondência, introduzindo, gradativamente, a mudança no processo eleitoral. No site das eleições ***www.eleicoespsicologia.cfp.org.br*** é possível consultar a modalidade de voto.

INTERNET

Os(as) psicólogos(as) ativos(as) que atuam em cidades localizadas num raio de até 50 quilômetros das sedes e subsedes dos Conselhos Regionais de Psicologia votarão exclusivamente pela internet. Para isso, deverão solicitar uma senha no site das eleições. A votação começará às 8 horas do dia 26 de agosto de 2013 e terminará às 17 horas do dia 27 de agosto de 2013 para quem utilizar computador pessoal. Outra opção é votar em um dos postos presenciais disponíveis nas sedes e subsedes dos Conselhos das 8 às 17 horas do dia 27 de agosto, respeitados os fusos horários das diversas regiões do Brasil.

No período da votação pela internet (26/08 e 27/08), a empresa responsável pelo processo eleitoral *online* disponibilizará equipe de ajuda ao(à) eleitor(a) por meio de atendimento por chat e 0800.

CORRESPONDÊNCIA

Será mantida a votação por correspondência nas regiões cujo raio seja superior a 50 quilômetros das sedes e subsedes. As cédulas serão enviadas pelo correio a partir de 15 de julho, sendo que a resposta e o reencaminhamento devem ser realizados com margem de dez dias úteis de antecedência ao término das votações, de forma que cheguem à sede do CRP até às 17 horas do dia 27 de agosto de 2013.

O Regimento Eleitoral (Resolução CFP 015/2012) pode ser consultado no site das eleições do CFP
http://www.eleicoespsicologia.cfp.org.br/Home/EscolheRegional
e no link "eleições" do CRP SP
http://www.crpsp.org.br/eleicoes/
Dúvidas podem ainda ser sanadas pelo email
eleicoes2013@crpsp.org.br
e/ou telefone
0800-7792013